



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS-ICS
CENTRO DE PESQUISAS E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS- CEPPAC

ALDO ZAIDEN BENVINDO

**A *NOMEAÇÃO* NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CATADOR
COMO ATOR ECONÔMICO E SOCIAL**

BRASÍLIA-2010

ALDO ZAIDEN BENVINDO

**A NOMEAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CATADOR
COMO ATOR ECONÔMICO E SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Centro de Estudos e Pós-Graduação sobre as Américas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, especialista em Estudos Comparados Sobre as Américas.

Orientador: Prof. Dr. Moisés Villamil Balestro

Brasília- Julho 2010

BANCA EXAMINADORA:

Professor Doutor Moisés Villamil Balestro (Presidente) CEPPAC/UnB

Prof. Dr.Danilo Nolasco Marinho SOL/CEPPAC/UnB

Prof. Dr.Sérgio Sauer- PROPAGA- UnB

Dedicatória

Aos Meus Pais, Benvindo e Ângela, exemplo de amor aos filhos, amor à
educação e ao seu país

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de oferecer meus sinceros agradecimentos aos Catadores de Materiais Recicláveis da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pelo exemplo de trabalho e fé no próprio esforço para fazer de suas vidas algo melhor. Tião, Zilda, Hada Rúbia, Carminha, todos os cooperados, todos que tem fé no trabalho unido, reciclando nossa fé na humanidade.

Ao meu amigo Ricardo Vasquez, o Bolívia, sem quem eu não teria conseguido escrever o texto. Perseverança e um beijo para Humberto, seu neném!

A amiga Renata Estrella, pela força crescente de nossa amizade e os 21 dias de carro emprestado!

A Renata Oliveira, pela ajuda com as transcrições, as maravilhosas risadas, o pedaço de caminhada e o sincero carinho comigo.

A Tânia Costa Lima, pelo amor, pela companhia profunda e pelo apoio incondicional nos dois anos em que troquei a gravata pela calça jeans e a mochila. A ti, meus maiores votos de felicidade e paz.

Aos grandes sócio-ambientalistas Pólita Gonçalves e Jorge Pinheiro, do Rio de Janeiro, pelo incentivo, apoio logístico, pelas cartilhas! Viva a nossa amizade!

A minha vó Nenzica e minha tia Regina Zaiden, pelo amor absoluto!

Aos amigos Diná e Paulo Arruda, pelo lugar no “ninho”, sempre que precisei.

A Cleusa e ao Fernando, de quem jamais me esqueço, e vice-versa.

A José Guerra, André Maya, Carlos Henrique, Juliana Bessa, Rafael Leporace, Telmo Amand, Iara Flor, Paula Stein, Júnior Élcio, Valentina Castello Branco, Manuela Fantinato, André Pereira, Sérgio Rizzo Dela-Sávia, Vinícius Marques de Carvalho, amigos parceiros nesta empreitada.

A José Ferreira (in memoriam).

Ao meu orientador, professor Moisés Villamil Balestro, por haver me ajudado, com sua abertura e sensibilidade, a superar os desafios de um estudo interdisciplinar e ter compreendido os percalços acadêmicos e existenciais vividos. A ti, o meu sincero abraço!

Aos meus irmãos, Juliano e Érica, que sempre acreditaram em meu potencial, meus maiores espelhos para que eu visse minha força, meus maiores defensores dos outros ou de mim! A vocês, meu maior beijo!

Resumo

Como ocorre a constituição do ator econômico e social? Quais as implicações dos processos de identificação e subjetivação para a ação econômica e social? Esta dissertação de mestrado busca discutir, a partir dos exemplos das diferentes configurações de trabalho individual e coletivo realizado pelos catadores de materiais recicláveis no estado do Rio de Janeiro, as condições sociais e psíquicas fundamentais para o estabelecimento de uma racionalidade econômica.

As diversas teorias sociais e econômicas, clássicas ou contemporâneas, discutem a ação econômica e social tendo como pressuposto um ser que realizará tais ações. A observação de grupos tradicionalmente excluídos realizada para fins deste estudo aponta para a seguinte hipótese: a pessoa não-nomeada/autorizada não se constituirá enquanto ator econômico de fato. Este fato significa que sua ação se não se constitui enquanto tal no contexto socioeconômico e no âmbito do próprio indivíduo.

Sugere-se, deste modo, que, para se realizar uma análise da ação econômica e social contemplando um espectro maior dos seres humanos que trabalham, é necessário um olhar específico sobre o psiquismo do lumpensinato. Este enfoque permite se delinear uma análise sobre a inserção dos indivíduos no conjunto de regras sociais compartilhadas pela coletividade, neste contexto analisadas sob um enfoque complementar entre a sociologia econômica e a psicanálise.

Palavras-Chave: catadores de materiais recicláveis, psicanálise, sociologia econômica, ação coletiva, ação econômica, ação social, identificação, nomeação, autorização.

Abstract

How does the constitution of social and economic actor occurs? What are the implications of the processes of identification and subjectivity for the social and economic action? This Master's purpose is to discuss, from the examples of different configurations of individual and collective work done by recyclable waste pickers in the state of Rio de Janeiro, psychological and social conditions essential to the establishment of an economic rationality

The various social and economic theories, classical or contemporary, discuss the social and economic action on the assumption that a person performs such actions. The observation of traditionally excluded groups conducted for this study points to the following hypothesis: a not named/unauthorized person does not constitute as an economic actor. This fact means that his action is not constituted as such in the socioeconomic context, as well as within the individual himself.

Therefore it is suggested that in order to perform an analysis of economic action and social contemplating a larger spectrum of human beings that work, a specific look on the psyche of the *lumpenproletariat* is necessary. This approach allows to outline an analysis on the inclusion of individuals in the set of social rules shared by the collectivity, in this context, analyzed in a complementary approach between economic sociology and psychoanalysis.

Keywords: recyclable waste pickers, psychoanalysis, economic sociology, collective action, economic action, social action, identification, nomination, authorization

Sumário

Dedicatória	
Agradecimentos	
Resumo	
Abstract	
Sumário	
Introdução	11
<i>1-Ação econômica e ação coletiva</i>	17
1.1 Discussão e contexto teórico dos conceitos	17
1.2 Aportes teóricos contemporâneos sobre ação coletiva e redes sociais: A Nova Sociologia Econômica	18
1.2.1 Circulação de informação e confiança	20
1.3 Sociedade e Ação Coletiva	21
2 Nomeação e Autorização	26
2.1 Identidade e Identificação	28
2.2 O <i>Outro</i> e a Nomeação Autorizadora	30
2.3 A identidade em movimento	32
2.4 O (a)sujeito ou o sujeito antes do nome	34
2.4.1 O catador não-nomeado, o gozo e a paisagem do lixão	36
2.4.2 O catador não-nomeado e tragédia dos bens comuns	38
2.5 O sujeito autorizado e a autonomia	40
3 Cooperativas de reciclagem e movimentos dos catadores no Brasil	43
3.1 Nomeação, autorização e o sucesso econômico dos catadores	44
3.2 Políticas de nomeação dos catadores	48

4	Método	52
4.1	Coleta de dados	52
4.2	Análise dos dados	53
5	Breve histórico dos casos considerados	55
5.1	As iniciativas	55
6	Construção dos catadores enquanto atores sociais e econômicos	62
6.1	Nomeação imbricada e o processo de autorização: com a palavra, os catadores	62
6.1.1	A nomeação parcial	66
6.1.2	Decretos nomeadores e ação socioeconômica	69
6.2	Construção da ação coletiva	71
7	Considerações finais	77
8	Bibliografia	81
	Lista de Siglas.....	86
	Anexos.....	88

*“Deixem falar os pequenos
papeis... Vamos falar dos
pequenos papeis”*

Serge Gainsbourg- Les petits
papiers.

Introdução

Para se compreender, no sentido hermenêutico, a trajetória de constituição das organizações de catadores de materiais recicláveis no Brasil, é oportuno se aprofundar nas raízes e dimensões da palavra *autorização*.

Em seu *Vocabulário das Instituições Indo-Européias*, Émile Benveniste (1995), indica que o termo adviria do latim *auctoritas*, o qual se referiria, em sua raiz, ao poder que detinha o censor romano de “fazer existir uma coisa no mundo”. Esta interpretação etimológica nos remete à própria dinâmica pela qual se deram as primeiras iniciativas de organização do segmento no país.

Se o trabalho com o lixo e sua comercialização é registrado no Brasil desde o século XIX¹, ou seja, bem antes que a questão ambiental adquirisse importância nos debates acadêmicos ou de políticas públicas, a invisibilidade deste segmento de trabalhadores foi, e ainda é, em boa parte dos centros urbanos, sua marca histórica maior (Mayer, 2009).

Esta invisibilidade se daria por dois fatores principais: o primeiro, por se tratar de um contingente de trabalhadores que não ocupam um lugar no processo produtivo hegemônico ou na representação social que se têm deste mesmo processo; e o segundo, como consequência do primeiro, por seu trabalho não ser historicamente reconhecido como tal nestas localidades: tratar-se-ia de uma atividade de “pessoas excluídas” e/ou “moradores de rua” (Lima, 2008).

Contudo, embora não existam estatísticas precisas sobre o número de pessoas que se mantém graças ao trabalho de recuperação de materiais recicláveis e reutilizáveis tanto no Brasil quanto no resto do mundo, o Banco Mundial estima que cerca de 1,5% da população economicamente ativa da Ásia e América Latina (15 milhões de pessoas) tira desta atividade seu sustento (Medina, 2007). No Brasil, em levantamento realizado em 2006², no contexto de uma análise dos custos para a criação de postos de trabalho na cadeia produtiva da reciclagem, apontou-se um contingente de aproximadamente 500 mil catadores no país, os quais participam, em diferentes níveis de interação e

¹ “ (...) são uns quarenta ou cinquenta, muito unidos e amigos, e que de Rio de Janeiro só conhecem a Sapucaia. Dividem entre si, com todo o methodo e ordem, os variados serviços das diversas repartições de Lixo (...). Tudo alli é aproveitado, renovado, re-utilizado e revendido.” *Jornal do Comércio*, edição de 5 de julho de 1896.

² Relatório “Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na Economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis” Ministério do Desenvolvimento Social-MDS, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCMR,- PANGEA-BA

organização, de um mercado em expansão, que, em 2007, movimentou cerca de R\$ 8 bilhões no país.³

Apesar destes números importantes, veremos, em uma perspectiva histórica, que esta parcela da população que desenvolve, a partir de seu trabalho, um valor econômico para o que já não teria mais valor⁴, não se reconhecerá, até a formação das primeiras organizações de catadores de materiais recicláveis no Brasil, como trabalhadora.

Será a partir do envolvimento de grupos da sociedade civil, em especial das Pastorais de Rua, que surgirão as articulações iniciais para a organização do segmento no Brasil, levando à criação das primeiras associações de catadores⁵ em São Paulo e Belo Horizonte no fim da década de 80. Muitas destas organizações se mostraram espaço importante para inclusão econômica e social, assim como para a constituição de uma identidade cidadã para seus membros.

Na passagem entre a exclusão no espaço das cidades, ou mínima garantia de direitos da grande maioria dos catadores, e a organização sociopolítica atual de parte dos catadores de material reciclável em algumas cidades brasileiras, identifica-se ainda a participação de outros dois pólos transformadores, além dos grupos da sociedade civil comprometidos com esta realidade: o Poder Público, mediante agentes técnicos e políticos sensíveis à causa dos excluídos e/ou à causa ambiental e os próprios catadores⁶.

Fala-se, pois, do trabalho realizado pelas entidades que apóiam a atividade organizada no trabalho com o lixo, em sua ação de apontar e nomear qualidades específicas do trabalho da catação, situando, deste modo, tais trabalhadores em um contexto histórico e social reposicionado; de ações governamentais que passaram a tratar de questões específicas deste grupo e suas dinâmicas (leis municipais, decretos federais, políticas públicas que designam a categoria em seus direitos); de avanços institucionais e culturais que integraram a atividade da catação em um contexto político e cultural positivo, o qual contempla dimensões sociais e ecológicas; e, por fim, da própria mobilização local e nacional da categoria, que atualmente se vale de todos estes

³ Dados: CEMPRE- Compromisso Empresarial para Reciclagem- disponível em cempre.org.br, acessado em 15/03/2010

⁴ Pode-se associar este movimento ao conceito de *construção social de mercado*, da Nova Sociologia Econômica, de Granovetter (1992, 1985) e Fligstein (2002)

⁵ Apesar de se entrecruzarem, os segmentos População de Rua e Catadores se organizam em movimentos distintos, com demandas específicas. O que delinea o Movimento Nacional da População de Rua é a busca de reconhecimento como indivíduos portadores de direitos. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) trata fundamentalmente do reconhecimento dos mesmos enquanto trabalhadores, daí partindo suas demandas. Os dois movimentos, contudo, realizam encontros nacionais em conjunto.

⁶ Caderno de Programação do 6º Festival Lixo e Cidadania, Belo Horizonte- 2007

aspectos para produzir seu próprio discurso, com crescente identidade de categoria.

Na trajetória de formação das redes sociais dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, bem como no tocante a outros grupos tradicionalmente excluídos, a *ação coletiva*⁷ implicada forja um processo de *autorização* social. Este processo refere-se à idéia do *sujeito barrado*⁸ em Lacan (2005), metáfora para o sujeito social no que diz respeito à inserção da pessoa na sociedade e sua relação com as regras nela existentes. No caso dos catadores, isto passa necessariamente por uma resignificação positiva do léxico associado ao trabalho realizado por estes indivíduos, tanto pela sociedade, como pelos próprios trabalhadores.

Desta maneira, e como resultado de ações amplas e da própria luta deste segmento de trabalhadores por reconhecimento, o catador histórico, habitante das ruas e dos lixões, passa então de “parte do problema da pobreza” à “parte da solução”, de “parte do lixo” a “ambientalista histórico”, entre outras nomenclaturas que se incorporam ao termo “catador”, como “agente ambiental” e “reciclador”. Em outras palavras, e a partir destas outras palavras e nomes, ele renasce, agora pertencente a uma categoria de trabalhadores, para o mundo dos direitos. Neste ponto, a expansão dos direitos pode ser entendida como diretamente relacionada à mudança dos nomes dados a estes indivíduos (Castro, 2003).

Esta nova condição é produto de um processo de *subjetivação*⁹ nomeador que autoriza o catador enquanto trabalhador e cidadão, permitindo-o agir em um mercado competitivo e interferir em suas regras específicas. Ou seja, fala-se de um sujeito que se constitui, e a partir deste processo passa a ser um ator econômico da cadeia produtiva da reciclagem.

Quando se trata de pensar os coletivos, as redes sociais e suas dinâmicas, percebe-se que uma parte das discussões realizadas nos últimos anos no âmbito da economia, sociologia, sociologia econômica e ciência política realiza uma reflexão sobre a forma como os indivíduos atuam em grupo e como suas preferências e interesses pessoais podem ou não ser determinantes para sua ação na dimensão do coletivo (Granovetter, 1992; Olson, 1999).

⁷ Mancur Olson propôs, em 1971, em seu livro, *A lógica da Ação Coletiva que* “todos os indivíduos de um grupo sejam racionais e centrados em seus próprios interesses, e que saiam ganhando se, como grupo, agirem para atingir seus objetivos comuns, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns e grupais” (Olson, 1999, p. 14)

⁸ Conceito proposto por Jacques Lacan, em seu Seminário X, de 1973, referente ao sujeito inserido no contexto social, ou internalizando as regras adjacentes do contexto sócio-cultural (Lacan, 2005)

⁹ Processo de constituição de um sujeito (Laplanche e Pontalis, 1992) implicando a interrupção da simbiose psíquica do ser com as figuras de investimento afetivo iniciais de sua existência, .

Os autores filiados à Nova Sociologia Econômica realizam uma importante reflexão acerca das dimensões implicadas na *ação coletiva* ao emprestar um viés sociológico às análises das ações econômicas.

Enfatizando as redes, os laços sociais, a cultura, as instituições e suas inovações, Granovetter e Swedberg propõem que as ações econômicas percorrem caminhos consideravelmente mais complexos que os do indivíduo maximizador de recursos anunciado na teoria econômica neoclássica em sua concepção de indivíduo e grupos. Em tais análises, os sujeitos são vistos a partir de sua inserção em seu contexto cultural e institucional, o que permite a estes autores entender a *ação econômica* como uma ação social. Deste modo, afirma-se que os sujeitos, além de objetivos econômicos, buscam atingir outros objetivos como sociabilidade, estatuto e poder (Granovetter, 1985).

Em outra nuance, que considera uma perspectiva do comportamento dos indivíduos sob o ponto de vista de suas motivações, Mancur Olson (1971, 1999) busca entender em quais condições se pode esperar que um grupo de pessoas, empresas ou nações se organize para perseguir um interesse comum, e em que condições se esperam que tal processo não aconteça.

Nesta breve contextualização teórica, temos, em uma tônica ainda mais recente acerca da *ação coletiva*, Elinor Ostrom (1990) contestando a proposição negativa de Olson (1971, 1999), bem como a de Hardin (1968) sobre os empreendimentos coletivos. Seguindo a mesma base metodológica destes autores, Ostrom, ao contrário destes, reafirma o poder das cooperativas e das associações na promoção do surgimento de instâncias coletivas com vistas ao manejo sustentável de bens comuns. Dentro de um empreendimento coletivo, o indivíduo realiza uma ação social balizada por regras estabelecidas coletivamente, preservando deste modo a própria coletividade, a saber, o *bem-comun*¹⁰.

Este panorama teórico aprofunda o poder explicativo de considerações e estudos acerca da ação social e das ações coletivas. Contudo, ainda que neste arcabouço se esteja falando de uma *racionalidade dependente do contexto*¹¹ (*context-bound rationality*), de uma racionalidade que não é *ex-ante* como sustentado pela economia clássica, segundo a qual o indivíduo já apresenta naturalmente uma propensão para

¹⁰ Do direito romano *res publica*, a coisa que pertence a todos sem pertencer a um indivíduo em particular (Bobbio, 2000)

¹¹ Conceito operacionalizado pelo Novo Institucionalismo da Sociologia, (vide Nee e Brinton, 1998 apud Balestro 2006), revisitando a idéia de uma racionalidade dependente do contexto desenvolvido no período clássico da sociologia, o qual enfoca a estrutura e o contexto social no qual os interesses e normas do indivíduo e dos grupos se desenvolverão ao mesmo passo em que se desenvolverão as normas e os interesses implicados nas mudanças institucionais.

trocar, negociar e permutar uma coisa por outra (Smith, 1776, 1981), parte-se, inevitavelmente, de um ser social, de um indivíduo que realiza uma ação na sociedade.

Ocorre, contudo, que ao tratarmos do *lumpen*¹², ou seja, de indivíduos riscados das *representações sociais* (Moscovici, 1961, 2003) como é, em uma perspectiva histórica, o caso dos catadores de materiais recicláveis -- a não ser que alguém os convoque, autorizando-os a tomar posse de um *lugar fálico*¹³ -- uma análise eminentemente interdisciplinar, que aborde o próprio processo de entrada no significativo coletivo, se impõe. Neste sentido um diálogo entre a psicanálise e as demais áreas das ciências sociais interessadas na atividade econômica é, no presente estudo, antevisto como de fundamental complementaridade.

A partir do caso específico dos catadores, possibilita-se inicialmente uma melhor delimitação do alcance das teorizações acerca da *ação coletiva*, além de preencher um vazio existente nos modelos explicativos, tradicionais ou modernos, que apresentam o indivíduo como alguém propenso a realizar uma *ação econômica*, uma *ação social*: o sujeito não-nomeado não realizará nenhuma ação.

Indica-se, ainda, que o ferramental explicativo desenvolvido pelas teorizações psicanalíticas pode contribuir com novas metáforas que permitam aprofundar a conceituação dos processos implicados nos empreendimentos realizados coletivamente pelos catadores.

No presente estudo, buscar-se-á, em um trajeto interdisciplinar, analisar a relação entre o manejo do ferramental existencial decorrente dos processos de *nomeação e autorização* e as características da *ação coletiva* presentes nas redes sociais que se formam a partir dos arranjos cooperados de catadores.

Para isso, a análise de iniciativas cooperativadas de catadores de materiais recicláveis na Região Metropolitana do Rio de Janeiro oferece exemplos emblemáticos de diferentes níveis de organização coletiva, possibilitando uma interessante contextualização destes novos atores no mercado de recicláveis, na sociedade que ora os acolhe. Estes processos estão em interligação com os atos que resignificam o trabalho com o lixo e fundam a categoria na qual estes indivíduos se inscrevem enquanto trabalhadores.

Propõe-se, assim, realizar, em um trajeto interdisciplinar, uma discussão sobre o

¹² subprotariado, na acepção marxista do termo, levando em conta o caráter pernicioso desta condição no tocante à sua mobilização social, mas ressaltando essencialmente seu estado de exclusão social.

¹³ posição de autoridade, o Outro Lacaniano (André, 2004)

processo de construção da racionalidade econômica dos indivíduos, a partir do exemplo de pessoas excluídas social e economicamente, e a ação coletiva que a partir desta construção se desenvolve. Esta construção supõe uma anterior validação destas pessoas enquanto sujeitos, a partir dos processos aqui designados como *nomeação* e *autorização*. Neste sentido, a questão de pesquisa colocada no trabalho, oportunizada pela análise de algumas configurações de trabalho realizado por catadores de materiais recicláveis individuais ou associados é: quais as condições sociais e psíquicas para a constituição do ator econômico e social?

1-Ação econômica e ação coletiva

1.1- Discussão e contexto teórico dos conceitos.

No contexto histórico em que Marcel Mauss (1925, 1985) realiza suas considerações acerca da dádiva¹⁴, trazendo a partir suas observações etnológicas exemplos variados e consistentes da não universalidade das relações de trocas ditadas pela lógica da maximização, vivencia-se, ironicamente, o início de um período de recolhimento da sociologia no que diz respeito às suas discussões sobre a “vida econômica”, ou mais especificamente sobre o mercado. (Gislain e Steiner apud Raud, 2005). Uma clara divisão se cristaliza a partir de Parsons, nos anos 1930: a economia se reapropria das discussões hegemônicas sobre o mercado, e a sociologia se volta sobretudo a uma análise das instituições.

Este fenômeno acabou por negligenciar a importância da *ação social* na teorização realizada por Weber (1994), a qual contemplava amplamente considerações acerca da *ação econômica*, bem como delimitava a posição a ser ocupada pelo Estado nas relações sociais. Da mesma forma, o amplo projeto sociológico de Durkheim, que teve como um de seus objetivos principais discutir e problematizar as visões individualistas preconizadas pelas teorias clássicas e neoclássicas econômicas, é descontinuado. Ainda que, em seu percurso teórico, Durkheim tenha acabado por fazer a delimitação da própria Sociologia em relação às disciplinas da Economia e Psicologia, a perda da interdisciplinaridade jamais se constituiu como um objetivo, ao contrário (Raud, 2004).

Mesmo que, posteriormente, a compreensão de que “a vida social não pode ser reduzida à vida econômica” tenha sido corroborada por teóricos de diversas correntes, como Bourdieu, Giddens e o próprio Parsons (Baert, 1998), será apenas nos anos 1960 que uma incursão renovada da sociologia se dará nos campos da economia, bem como uma contra partida refinada deste campo se dará na seara das instituições sociais.

¹⁴ *Essai sur le Don*, Marcel Mauss (1925, 1985).

1.2 Aportes teóricos contemporâneos sobre ação coletiva e redes sociais: A Nova Sociologia Econômica

A Nova Sociologia Econômica, de Granovetter e Swedberg, é herdeira da percepção durkheimiana acerca do esgotamento da economia política marginalista. Todavia, esta corrente contemporânea, antes de propor uma ruptura, ou uma substituição teórica à economia em si, realiza, ao fim e ao cabo, uma crítica moderada e pontual às acepções tradicionais.

Nestas novas teorizações, tem-se sobretudo a prevalência de um viés de complementaridade, o qual se expressa por meio da incorporação de novas explicações e refinamentos provenientes dos avanços obtidos pelas ciências sociais, fato que, conseqüentemente, resulta em um aumento do poder explicativo do próprio arcabouço teórico em economia.

Nesta tônica, os conceitos de *ação econômica*, manejados tanto pela Sociologia Econômica quanto pela Ciência Econômica, convergem, estando mantidas em grandes linhas as percepções acerca da racionalidade dos indivíduos.

A *ação econômica* seria definida “(...) em termos da escolha entre meios raros (Swedberg, 2003 e Granovetter, 1992), ou, retomando a definição weberiana, como sendo orientada para a satisfação de necessidades definidas pelos indivíduos em situação de escassez” (Raud, 2005). A riqueza desta nova abordagem se revela, na verdade, na tomada em consideração, de forma aprofundada, dos contextos nos quais a *ação econômica* se desenvolve, tendo como enfoque as *redes sociais* em que os indivíduos e grupos estão inseridos: a *ação econômica* imbricada socialmente.

Se o cenário privilegiado pelo viés tradicional da ciência econômica compreende a *ação econômica* a partir de uma etimologia onde o indivíduo é o centro de tudo; uma ação que deriva da capacidade de manejo de um sujeito dotado de características psicológicas que favorecem mais ou menos a sua maximização e otimização de recursos, Granovetter (1973) propõe que esta mesma *ação econômica* deve ser entendida como uma *ação social*¹⁵. Trata-se de uma ação que, neste contexto, está ligada não só ao indivíduo, mas também às condições institucionais, à capacidade de

¹⁵ Ações coordenadas objetivando fins (econômicos) conforme proposto por Weber (1979)

cooperação existente, à confiança, às competências e aprendizados adquiridos nas trajetórias individuais e grupais, à capacidade de *ação coletiva* e à formação de redes sociais, indo além da definição básica weberiana de ação social.

Nesta visão, as ações econômicas não acompanham os caminhos simplificados pelos modelos econômicos tradicionais com vistas à maximização, mas sim caminhos consideravelmente mais complexos em direção este fim. O comportamento, sob este prisma, não é um produto de um contexto individual, posto que os *laços sociais* influenciam as trajetórias; os indivíduos buscariam, em seus empreendimentos, além do sucesso econômico, remunerações sociais, políticas e psicológicas, as quais se manifestam nas instâncias pessoais e da coletividade¹⁶.

Estas variáveis complexas devem ser tomadas em suas especificidades institucionais, culturais e territoriais, de forma interdependente, o que concorreria para a compreensão do fato de que em um mesmo país ou em uma mesma região, grupos sociais aparentemente assemelháveis, e que atuam em um mesmo mercado, têm resultados econômicos bastante diferenciados: a remuneração também dependeria da estrutura social vigente e das relações estabelecidas pelos atores com os agentes públicos e privados.

Assim, Granovetter (1973), em sua teoria sobre a *força dos laços fracos*¹⁷, ao enfatizar a perspectiva das relações pessoais na análise das relações mercantis, aprofunda e qualifica de forma diferenciada uma noção que já havia sido definida por Weber e Durkheim no que diz respeito estas mesmas relações, que seriam vistas como uma *relação social*.

Nesta teorização, a teoria sobre as *redes sociais* é fundamental para se estudar o mercado e outros fatores econômicos. Nela se discute como as estruturas destes arranjos podem afetar resultados econômicos, tais como o preço, a produtividade e a inovação.

Quando se trata de empreendimentos cooperados, ou de ações socioeconômicas amplas, como é o caso de algumas iniciativas dos catadores de materiais recicláveis abordados neste estudo, o espectro desta literatura, apresenta-se oportuno. A *ação econômica* e social engendrada pelos catadores insere-se em um contexto de mercado que é caracterizado pela grande presença de atravessadores e, portanto, por uma relação

¹⁶ Granovetter retoma aqui as idéias de Weber e de Polanyi acerca dos objetivos amplos buscado pelos indivíduos (1985, p. 506).

¹⁷ Conceito desenvolvido no artigo *The strength of Weak Ties*, Mark Granovetter (1973), na qual é feita uma análise sobre o mercado de trabalho e as nuances políticas e institucionais envolvidas nos processos de contratação de empregados.

de formação de preço do produto do trabalho completamente assimétrica, constatando-se, ainda, grandes diferenças de níveis de informação entre os agentes envolvidos. Assim, somente o catador organizado tem conseguido estabelecer relações de mercado diferenciadas, o que é determinante para o próprio desenvolvimento e sustentação dos processos de subjetivação específicos das pessoas que compõem o segmento, como veremos no capítulo 2.

1.2.1- Circulação de informação e confiança

O enfoque nas redes sociais, que se apresenta como a contribuição essencial da Nova Sociologia Econômica é potencializada pela proposta de Burt (1992), em sua teoria dos “buracos estruturais”¹⁸. Existiriam convergências e paradoxos nestas duas abordagens.

Esta aproximação enfoca, sobretudo, a qualidade dos fluxos de informações entre os componentes de uma rede; aspecto que é entendido como variável determinante para os resultados sociais e econômicos da rede como um todo.

Adotando o entendimento de Granovetter de que a rede parte do indivíduo, Burt (2001) depreende desta configuração o conceito de rotas de acesso para outras redes. Deste modo, surge uma discussão sobre “buracos estruturais” presentes nestas mesmas redes, posto que pessoas diferentes podem se encontrar desconectadas em uma mesma estrutura social. Na ocorrência deste fenômeno, surgiria a oportunidade, para certos grupos ou membros deste mesmo arranjo, de agenciar o estabelecimento do fluxo de informação que conforma a própria rede, podendo, ao assumir esta posição, controlar unilateralmente os projetos e as formas de organização que se estabeleceriam coletivamente.

No caso de uma cooperativa de coleta seletiva, para que a gestão de uma cooperativa ocorra de forma eficaz no que tange a seus resultados econômicos, supõe-se que todos os cooperados tenham pleno entendimento da estrutura de produção, dos deveres e direitos de cada um no funcionamento da cooperativa, o que, segundo Gonçalves (2003) não é nada fácil. Isso exige um longo processo de aprendizagem e prática e, sobretudo, a construção de confiança entre os participantes desta mesma rede. A origem, bem como a trajetória de vida de grande parte destes trabalhadores não são,

¹⁸ Structural Holes BURT, Roland (1992).

infelizmente, pródigas em exemplos ou experiências que facilitem o estabelecimento de um quadro de mútua confiança com vistas à plena cooperação no âmbito de um empreendimento coletivo. Este aspecto se revelará nas análises das entrevistas realizadas.

Esta noção retoma a importância, apontada por Granovetter, de se saber como as redes sociais se articulam em torno de ideais, confiança mútua e geração de renda como crucial para se entender porque determinadas redes prosperam e outras não. Há que considerar as relações entre indivíduo-indivíduo, indivíduo-mercado e indivíduo sociedade na consideração de seu poder de facilitar ou restringir o sucesso econômico e social.

1.3 Sociedade e Ação Coletiva.

O reconhecimento, pelo indivíduo, de sua condição frente ao *Outro*¹⁹(o qual pode ser representado pelo próprio mercado, pelas regras internas implicadas no trabalho coletivo, ou outras situações de interação social), assim como a percepção de pertencimento deste mesmo indivíduo a uma categoria, aquela composta pelos *outros* iguais, são elementos motivadores para uma discussão teórica importante acerca da *ação coletiva*.

Ela permite realizar uma consideração acerca das regras estabelecidas coletivamente e dos contratos sociais que se firmam com vistas aos resultados da própria *ação coletiva*. As associações de trabalho cooperativado enfrentam o desafio contínuo de coordenar o manejo dos bens comuns entre seus membros.

Tomarei aqui dois autores, em seu diálogo e oposição: Mancur Olson e Elinor Ostrom. Esta revisão teórica permitirá introduzir o cruzamento necessário entre a psicanálise e as análises das ciências sociais, no que diz respeito à ação social e *ação coletiva* quando se trata de considerar questões relativas à mobilização para ação coletiva no contexto social do lumpesinato.

Em seu livro *A lógica da ação coletiva*, de 1965, Mancur Olson defende a hipótese de que grupos maiores teriam menor tendência a atingir seus objetivos do que grupos menores.

Operando uma definição de *bem comum* definido como “*qualquer bem cujo*

¹⁹ Em psicanálise, a operacionalização do conceito de pequeno outro e grande Outro refere-se, em grandes linhas, à metáfora da socialização proposta por Lacan (1956-57, 1995).

consumo ou utilização por um indivíduo não pode implicar a exclusão de outros no consumo ou utilização deste mesmo bem por qualquer outro deste mesmo grupo”²⁰, Olson (1971) supõe que o objetivo de um grupo reside em atingir os interesses de seus membros. Deste modo, a disputa entre os interesses individuais e comuns em uma organização se assemelha à existente no contexto do livre-mercado: as pessoas sempre tenderiam a maximizar os seus interesses privados, um processo que se daria de uma maneira racional.

Nesta linha de argumentação, Olson (1999) opõe-se à idéia popular de que os seres humanos teriam uma propensão abstrata e inata a se organizar. Para corroborar esta idéia, o autor se vale do apontamento de diversas diferenças qualitativas e quantitativas fundamentais entre os grupos pequenos e grandes.

Em grupos grandes, cada pessoa receberia um benefício proporcionalmente menor de um bem comum. Uma vez este recebendo apenas uma diminuta fração dos retornos propiciados por um bem comum, sua ação de contribuição será menor, criando uma situação onde esta pessoa raramente agirá em prol do benefício coletivo, a não ser que o retorno individual seja suficiente para cobrir os custos individuais da ação.

Vale dizer que os estudos que deram origem a esta argumentação advêm da observação dos comportamentos de grupos diante de impostos e contribuições correlatas para o Estado.

Em contrapartida, grupos menores se apresentam como mais viáveis por seus custos de organização reduzidos, e, sobretudo, pelo fato de cada membro receber uma porção mais substancial do bem coletivo. Contudo, mesmo nesta configuração, diversos aspectos negativos são ressaltados, de modo que temos uma situação em que os grupos em geral jamais poderiam funcionar perfeitamente: a distribuição dos encargos entre os membros será sempre desigual, fomentada pelo oportunismo²¹ de alguns membros (Olson, 1999), os quais agiriam menos que outros para obtenção do mesmo, assim como nos grandes grupos.

O pessimismo de Olson, no que diz respeito aos empreendimentos coletivos, ou mesmo à convivência harmônica, reside em sua percepção negativa da natureza das trocas entre os seres humanos. Há que se realizar uma consideração, contudo, sobre que

²⁰ "A common, collective or public good is here defined as any good such that if person X . . . in a group consumes it, it cannot feasibly be withheld from others in that group." tradução do autor.

²¹ Paradoxo do “carona” (Olson:1999) : indivíduos, agindo de forma oportunista, “pegam carona” no esforço empreendido por outros.

tipo de indivíduo está se falando, ou quais são os contextos em que este tipo de racionalidade excessivamente oportunista se desenvolve.

Veremos, no próximo capítulo, que os processos de constituição identitária podem ser compreendidos, a partir de uma semiologia sobretudo didática, como se dando por estágios, e que, se é verdade que os seres humanos não possuem uma propensão natural²² a se organizar coletivamente, o oportunismo relatado por Olson aparecerá como resultante de uma falha na inscrição dos sujeitos em uma ordem simbólica coletiva completa. Em outras palavras, o sujeito abordado por Olson não se insere completamente no seu contexto social, permanecendo em uma relação dúbia com o meio que o envolve. Pode se entender que a descrição comportamental de Olson refere-se, em termos psicanalíticos, a sujeitos que se valem do manejo das próprias regras sociais para seu próprio gozo, indivíduos com traços eminentemente perversos²³, aprisionados em estruturas tipicamente narcisistas (Lacan, 1956-57, 1995)

Em uma linha irmanada, Granovetter (1985), em sua abordagem sobre o surgimento do oportunismo, aponta uma saída que não passa pelo estabelecimento de políticas repressivas, tal como se discute desde a proposição sobre o papel e lugar do Estado, em Weber (1979). Aposta-se, para isso, no mercado concorrencial, tomado em seu texto com uma forma de rede social, e nas relações pessoais implicadas, diretas ou indiretas, que assegurariam a confiança mútua. Esta posição, no entanto, reafirma a noção liberal clássica de auto-regulação das atividades em uma sociedade capitalista, apenas transferindo para as redes um papel que seria eminentemente reservado ao capital.

Uma ressalva a esta posição deve, contudo, ser feita: retornando-se a Weber (1994), temos consideração de que, no quadro da troca mercantil, os atores econômicos não levam em conta somente seus interesses próprios, mas também o contexto institucional, como já dito, em particular as regras jurídicas, morais e tradicionais. Deste modo, afirmar que a confiança no espaço do mercado decorre das relações pessoais é, em parte, diminuir o papel das normas jurídicas e morais, e esquecer que, se muitas relações econômicas passam por relações pessoais, também muitas não passam por elas, e que isso não implica obrigatoriamente mais oportunismo (Raud, 2003).

²² Esta terminologia remete-nos ao debate antropológico sobre “visões de homem”.

²³ O termo *Spaltung*-ção, foi utilizado por Freud (1927) para designar a separação que os indivíduos de constituição psíquica perversa realizariam entre eles e as regras coletivas. Posteriormente o termo *Verneugnung* passa a ser utilizado para se referir a não submissão dos mesmos aos interditos e normas sociais. (Roudinesco, 1998)

Em meio a esta discussão, Elinor Ostrom, oferece-nos um contraponto interessante sobre o que tal arcabouço afirma no que diz respeito às regulações sociais existentes nos processos de produção coletivos.

Ostrom (1990) realiza uma contestação bem fundamentada sob o ponto de vista metodológico da “tragédia dos bens comuns”, formulada por Garrett Hardin, em 1968. Os resultados das análises engendradas por Hardin buscam demonstrar que, frente a uma “pastagem aberta a todos”, cada pastor segue racionalmente a lógica do benefício individual, a qual consistiria em um movimento de externalização dos custos e em um outro de internalização dos benefícios, de forma individualizada. Desta forma, a ação dos pastores, agregados neste “espaço aberto a todos”, conduziria inexoravelmente ao esgotamento dos recursos locais.

Para se evitar a tragédia, ou seja, para gestar o recurso de forma sustentável, as soluções possíveis prospectadas por Hardin recaem em um dilema entre o “socialismo”, o que supõe uma intervenção direta do Estado, ou a privatização, mediante gestão descentralizada pelo mercado. Ao fim de considerações amplas sobre as duas alternativas para “civilizar” o uso deste espaço, Hardin adere à solução de mercado, fundada na definição de direitos de propriedade privada, que segundo diversos modelos de então (e de agora, porque não?), apresentariam maior eficiência, tanto para a gestão social, como para diminuição dos custos de transação.

Valendo-se das mesmas regras e técnicas de observação, tratamento de dados e análise empregados para tais construções teóricas, Ostrom consegue demonstrar a fragilidade destas conclusões, as quais, taxativamente, propugnam a ineficiência de empreendimentos cooperativados e afirma que, na verdade, o modelo de Hardin não trata de “bens ou recursos comuns”, mas sim de recursos de “livre acesso”, “bens de pessoa alguma”. (Ostrom, 1990)

A partir desta percepção, Ostrom, reempregando o mesmo termo, “bem comum”, consegue ir além da dicotomia público-privado, Estado ou mercado, como caminhos para o estabelecimento de regras sociais comuns e viabilidade econômica e social. Uma terceira via nos é indicada, a qual é representada pela própria acepção renovada da “propriedade comum”, “dos bens comuns”.

Entra-se, assim, em uma discussão sobre a *ação coletiva* sob a perspectiva dos limites que dela podem surgir por meio da agregação e interação de indivíduos existentes nos empreendimentos coletivos. Nestes, o pressuposto do agente

maximizador dos recursos não prevalece, pela razão simples de que se está trabalhando, manejando, bens entendidos como pertencentes à coletividade.

Introduz-se, neste ponto, a própria metáfora da constituição da frátria, que, como veremos no próximo capítulo, passa pelos processos de identificação verticais, vindo de cima, do *grande Outro*, e horizontais, vindo do *pequeno outro*, existentes entre os entes participantes de uma categoria, região ou empreendimento. A constituição ou instituição de regras compartilhadas propiciada pelos atos de associação e cooperação, pode ser entendida com a própria imagem do processo civilizatório humano.

2- Nomeação e Autorização

Cada indivíduo é uma parte componente de numerosos grupos, acha-se ligado por vínculos de identificação em muitos sentidos e construiu seu ideal do ego segundo os modelos mais variados. Cada indivíduo, portanto, partilha de numerosas mentes grupais - as da sua raça, classe, credo, nacionalidade, etc. - podendo também elevar-se sobre elas, na medida em que possui um fragmento de independência e originalidade (Freud, 1976)

Uma vez anunciado o potencial, ou mesmo a necessidade de uma comunicação interdisciplinar entre as análises socioeconômicas e a psicanálise, com o objetivo de melhor abarcar as características do fenômeno amplo presente na constituição da *ação coletiva* engendrada pelos catadores, verifica-se que uma aproximação conceitual destes dois domínios deve ser feita de forma cuidadosa.

A economia, a ciência política e a sociologia econômica compartilham postulados e premissas acerca da racionalidade humana e, de forma metodologicamente legítima, partem de um *ser social* para realizar suas análises. A psicanálise, no que tange à sua teorização sobre as pulsões, que poderiam ser entendidas como “as motivações” do agir dos indivíduos, prenuncia uma dinâmica que se referencia na instância do inconsciente das pessoas. Tal configuração, contudo, não implica necessariamente um embate entre “visões de homem” tão explosivo como poderíamos intuitivamente supor ao considerarmos a utilização dos termos “inconsciente” e “racional”.

Em uma leitura não tão ousada, pode-se dizer que o *homo oeconomicus* não se diferencia tanto do ser humano enfrentado pela psicanálise (Conway, 1983). Trata-se, na verdade, de dois irmãos, herdeiros de um viés determinista, ainda que diversas evoluções teóricas nos dois campos tenham ocorrido.

O fato é que o homem da psicanálise não se furta a realizar seus “cálculos de custos e benefícios”, seja na sua batalha para afastar a angústia instituída pela introdução da Lei²⁴, no campo das neuroses²⁵, quanto na desconsideração desta lei,

²⁴ Significante do barramento do sujeito, metáfora para a inserção do indivíduo no conjunto de regras sociais, implicando em renúncia ao prazer narcísico (Assoun, 2003)

sobrepujada pela busca de um “mais gozar”, em uma configuração perversa²⁶.

Nestes termos, pode-se entender que as diferenças epistemológicas entre tais famílias intelectuais no que diz respeito às motivações do ser humano pertencem, sobretudo, aos campos da etimologia e da semiologia ou seja, residiram bastante em diferenças nas suas semiologias, que, não obstante, determinam e modificam seus próprios enfoques dados ao fenômeno humano.

No contexto deste estudo, centrado em grupos tradicionalmente excluídos, esta complementaridade proporciona um aumento do poder explicativo das teorias socioeconômicas adotadas, bem como da própria abordagem em psicanálise, em dois movimentos:

- O primeiro, preenchendo uma falta existente nos modelos explicativos considerados acerca da formação do próprio *ser social* quando se trata do *lumpesinato*;
- O segundo, introduzindo novas explicações e perspectivas aos entendimentos presentes nas teorizações socioeconômicas sobre a *ação coletiva e ação econômico-social*.

Participando deste primeiro movimento, tem-se os processos anunciados pelos dispositivos aqui designados como *nomeação e autorização*, que são atos que designam o ser humano enquanto pertencente à uma coletividade, se instituindo como **condição** para conformação do próprio *ser social*.

A partir das observações empíricas realizadas para este estudo, entende-se que estamos abordando grupos que pertencem, ou, em um determinado momento de sua trajetória, pertenceram a uma “fração de classe que (...) não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização” (Singer, 2009).

Para se compreender tal cadeia explicativa, supõe-se uma atenção especial a algumas conceituações concernentes aos processos de subjetivação e identificação, fundamentais para falar do processo de inscrição do sujeito enquanto tal no conjunto das regras compartilhadas pela sociedade ou, aproximando-se mais especificamente do caso

²⁵ A maneira como a pulsão é vivida singularmente pelo sujeito aponta para as diferentes estruturas clínicas: neurose, psicose, perversão. (Laplanche e Pontalis, 1992)

²⁶ Na perversão o sujeito busca manejar, dominar o pulsional se colocando como objeto de gozo do Outro. Em seu agir, o perverso é comandado pelo imperativo categórico do gozo: vive para o gozo, na tentativa de apoderar-se dele, organizá-lo, administrá-lo e prorrogá-lo (André, 2004)

em questão, no mercado em que atua.

2.1 Identidade e identificação:

Burity assinala que “a percepção de que o ser dos indivíduos e grupos sociais não está simplesmente dado pela natureza dos processos de socialização tradicionais ou por sua posição na estrutura de classes sociais tem contemporaneamente trazido à tona toda uma revalorização do tema da identidade” (1997, p. 4).

Em Psicanálise, o termo identificação é tradicionalmente utilizado para “designar o processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, em momentos chaves da sua evolução, de aspectos, atributos ou traços dos seres humanos que o cercam” (Roudinesco e Plon 1998, p. 363). Trata-se, pois, de descrever um processo psicológico pelo qual um indivíduo assimila uma propriedade de um outro e se transforma (Laplanche e Pontalis, 1992).

Cabe neste momento designar o entendimento que se está adotando do termo identificação. Neste texto, ele será tomado de forma diferente da que se usa correntemente para identificar algo em uma categoria. Está se falando aqui do ato de alguém passar a se identificar dentro de uma categoria, de uma pessoa se ver e ser vista enquanto pertencente a esta categoria; um processo que envolve sistemas mais complexos, sem excluir as dinâmicas da diferenciação e da alteridade, e que podem explicar a formação do “nós”.

Este último ponto é algo relacionável à própria operação da categoria “catadores” à qual se passaria a pertencer, com suas características próprias, positivas e negativas. Identificar implica “separar”, “designar”, mas também “tornar igual a” e é neste campo semântico que se insere o sentido propriamente psicológico do termo, bem como o próprio processo de *nomeação* destas pessoas, que será abordado aqui.

Realizando uma pequena revisão de alguns conceitos desenvolvidos e modificados ao longo da história da teorização psicanalítica, veremos que Freud, ao propor o conceito de *Ideal do Eu*²⁷ (1914, 1996a), desenvolvido posteriormente como *Supereu* (1923, 1996b), situa tais termos como referentes a uma instância da personalidade cujo papel é comparável ao de um juiz ou ao de um censor (Freud, 1923, 1976). Em outras palavras, propõe-se que teríamos, por meio de uma mediação

²⁷ Tradução mais moderna, utilizada em substituição aos termos “superego”, retomando o original “Uberich”, e “ego”, do alemão *Ich*, empregados por Freud. nota do autor.

realizada por uma *consciência moral*, os elementos formadores de um *ideal do Eu*, que se torna um modelo ao qual o indivíduo procura se conformar.

A partir destas concepções, Freud, ao abordar o processo de constituição do grupo humano, toma o ideal coletivo como retirando sua eficácia da convergência dos “ideais de ego” individuais (Laplanche, 1975).

No contexto dos catadores de recicláveis, a introdução de uma diretriz legal, de uma Lei que funda os indivíduos, ao mesmo passo que é fundada no encontro destes mesmos indivíduos (Kehl, 2000a), contribui para surgimento de uma identidade com objetivos norteados de forma comum, ideal a toda uma coletividade. Esta Lei se manifesta, entre outro espaço, no conjunto de regras e procedimentos que surgem a partir da *ação coletiva* implicada nas associações para o trabalho com recicláveis observadas. Neste ponto específico, esboça-se a compreensão de um pacto civilizatório.

As formulações contemporâneas nas ciências sociais, que, de forma ora mais crítica, ora não, partem do pressuposto da existência de um sujeito orientado por fins teleológicos, tendem a problematizar a dinâmica de adequação deste ser aos contextos sociais nos quais o mesmo participa. Desta forma, a dinâmica do ajustamento dos desejos ou dos impulsos do indivíduo face ao Outro²⁸ torna-se uma tônica prevalente nas análises sociais. Este viés faz com que o processo de constituição da identidade seja entendido como, sobretudo, um desafio por se encontrar um meio-termo entre aquilo que somos e aquilo que se espera de nós, tendo-se o Outro como o contraponto social que permite ao indivíduo se reconhecer e se julgar. Neste processo dialético, os sujeitos se construiriam, por semelhança e oposição (Machado, 2003).

No espectro destas mesmas concepções acerca do indivíduo, temos Marx, em seu *Grundrisse*²⁹ afirmando que este ser isolado, fruto da “sociedade civil”, que se encontra em uma contínua busca por satisfação de fins privados, não surge fora do contexto social.

Avançando-se a partir destas idéias e conceitos sobre o sujeito social, surge a própria discussão enfatizada no presente estudo: a inserção do sujeito no contexto social, não é algo dado *à priori*. Localizar a pessoa em seu contexto cultural, territorial e histórico não significa, sob a ótica psíquica, a inclusão deste no contexto social

²⁸ A ordem simbólica, metáfora da alteridade no contexto social; conceito amplamente operacionalizado por Jacques Lacan (1953).

²⁹ *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, manuscritos de Karl Marx, de 1856 que seriam o esboço do que viria a ser o Capital.

(Assoun, 2003). A inscrição dos indivíduos na sociedade é um processo que passa pela fundação da sociedade nos indivíduos, e vice versa, de forma interdependente.

Trata-se aqui de focar a apreensão da estruturação do sujeito psíquico. Esta operação nos remete ao processo civilizatório, descrito pela psicanálise, quando se fala da interação indivíduo-sociedade, o que se constitui com um passo que autoriza e valida os atos dos sujeitos diante do *Outro*, da ordem simbólica, do significante social.

2.2 O *Outro* e a nomeação autorizadora

Ao tratarmos a constituição da identidade dos catadores, assumindo tal processo como fundador da própria subjetividade cidadã de grande parte dos componentes destes grupos, a questão do *olhar do Outro* surge em um contexto de resignificação identitária, de refundação do próprio indivíduo.

Neste sentido, torna-se oportuno confirmar o entendimento de que a formação do eu advém do *olhar do Outro*, conforme proposto por Lacan (1973). Este processo é descrito, em um contexto clínico, como introdutor de uma relação da criança com os sistemas simbólicos fora dela mesma, sendo assim o momento da sua entrada nos vários sistemas de representação.

O grande *Outro* (maiúsculo, autorizado e constituído) define o pequeno *outro* (minúsculo, indiferenciado do espaço que ocupa). Este processo será sempre mediado pela linguagem³⁰. Assim, temos o surgimento de uma dialética de intersubjetividades, por meio da qual o mundo social passa a ter peso de realidade para os sujeitos que dele participam.

Assim, para a leitura freudiana realizada por Lacan, entende que se o sujeito é "determinado pela linguagem e pela fala, e isto quer dizer que o sujeito, *in initio*, começa no lugar do *Outro*, no que é lá que surge o primeiro significante" (Seminário 11, apud Leite, 1994:38).

Segundo este raciocínio, nós nos constituímos na linguagem e pela linguagem e a porta de entrada deste processo é a fixação ao significante. Isto se dá, fundamentalmente, a partir de uma identificação com um traço único do *Outro*, a ordem simbólica, a ordem da linguagem. "Trata-se de tomar, para nós, a relação desta possibilidade que se chama identificação, no sentido em que aí surge o que só existe na

³⁰ O inconsciente, para Lacan (1973) é construído a partir de uma operação lingüística que inscreve o sujeito e no sujeito, os significantes sociais, representados pela Lei.

linguagem, e graças à linguagem...” (Lacan, 1995).

Dir-se-á, contudo, que tais acepções são metáforas correspondentes à formação do indivíduo,. Estas mesmas, por serem provenientes de um contexto de escuta privilegiada do *setting analítico*³¹, seriam de operacionalização problemática no contexto de uma observação ampliada, que contemple grupos.

Sobre isso, vale lembrar que Freud (1921, 1996), no capítulo “A identificação”, de *Psicologia das Massas*, bem como na sessão “o Eu e o Isso” da mesma obra, que trata da relação entre o eu e o *supereu/ideal de eu*, já abordados aqui, extingue a distinção entre psicologia individual e social (Florence, apud Burity, 1994), apontando que “o que é da ordem do indivíduo já é social e vice-versa”.

No sentido inverso, partindo do “macro” para o “micro”, a própria base das teorizações iniciais realizadas no campo da psicanálise parte da introdução, no sistema familiar e individual, de metáforas advindas de atuações eminentemente coletivas, sociais, como a própria alegoria trágica edipiana e o mito da horda primitiva³².

Nesta negociação, o desenho do processo de constituição da subjetividade psicanalítica permite-se assim acontecer fora das fronteiras do *setting terapêutico*, da relação analista/analizando, para articular-se a uma interrogação política sobre a heterogeneidade constitutiva dos atores coletivos (Burity, 1997).

Desta forma, teríamos um aval histórico e metodológico, situado no contexto das formulações e evoluções teóricas próprias da psicanálise, para as observações deste campo interpretativo nos contextos coletivos. Isto permite extrapolar os conceitos rígidos das imensas muralhas teóricas vigentes no próprio âmbito da psicanálise. Todavia, surgem algumas possíveis dificuldades de compreensão, o que exige esclarecimentos mais aprofundados:

- 1) Decorrente da ênfase dada aos processos psicosssexuais de desenvolvimento do indivíduo, promove-se uma visão de identidade petrificada a partir das experiências infantis³³, o que botaria em cheque a presente abordagem, que descreverá o processo de mudanças identitárias profundas e importantes em adultos;
- 2) Outra confusão possível adviria da constatação de que as categorias do sujeito e

³¹ Contexto terapêutico da relação transferencial analista-analisando (Laplanche e Pontalis, 1992)

³² Totem e Tabu (Freud, 1924, 1996c)

³³ Referencia-se à primeira tópica freudiana (Roudinesco e Plon, 1998)

da sociedade não seriam separáveis no próprio discurso freudiano, pois o indivíduo “estaria imediatamente representado no campo da intersubjetividade, implicando sempre outros sujeitos” (Birman, 1994 p.128). Este aspecto tornaria difícil a discussão sobre um não-sujeito, um (a)sujeito, como afirmado ao se considerar o *lumpen* enquanto objeto de observação.

2.3 A identidade em movimento

Não há consenso no campo de estudos psicanalíticos quanto à extensão possível das operações de resignificação identitária engendrados por processos posteriores à estruturação primária dos indivíduos. Tais processos, por sua vez, são tradicionalmente abordados no âmbito de um trabalho terapêutico.

Para se realizar observações mais amplas, de grupos, como se buscará fazer no âmbito deste estudo, há que se cuidar para que não se caia em possíveis vícios próprios da prática clínica em psicanálise, especialmente os decorrentes do manejo da relação existente entre o analista e o analisando, que, não raro, acabam por sinalizar uma percepção “essencialista” da personalidade.

A valorização, nos processos de análise terapêutica, do “repetitivo” e do “recorrente”, referenciados na origem do indivíduo, nas memórias e experiências ancestrais constitutivas dos mesmos, resulta muitas vezes, ainda que acidentalmente, em uma visão de personalidade que denota um caráter de “permanência” da mesma ao longo do tempo. É necessário, para fins de compreensão, que se faça uma diferenciação entre traços identificatórios primários e secundários e que se aborde o caráter de atemporalidade dado ao inconsciente pela psicanálise.

Os traços identificatórios primários referem-se aos processos estruturantes da personalidade, ocorridos na infância e posteriormente revisitados na adolescência (Kehl, 2000b), os quais são base para a constituição de uma estrutura psíquica do sujeito. Esta estrutura determina sentidos de ação e reação do sujeito ao longo da vida. Um movimento que é realizado pelo ser humano em sua existência será o de revistar estes momentos iniciais, conforme proposto por Lacan em seu Seminário IV, “A Relação de Objeto” (2005), resignificando-os a partir de seus novos contextos e vivências (Lacan, 2005). Por sua vez, um gradiente da personalidade dos indivíduos, consideravelmente mais moldável, ainda que sempre refletido na estrutura do indivíduo, será referido como

traço identificatório secundário.

Somando-se a estes aspectos, que contribuem para se compreender melhor esta relativa maleabilidade dos indivíduos, temos ainda uma diferenciação feita por Freud acerca das instâncias consciente e inconsciente no que tange à percepção da própria história: uma reflexão acerca da temporalidade que ocorreria de maneira diferenciada nas instâncias psíquicas.

Ao abordar o *presente* na transferência³⁴, Freud discorre sobre a rememoração do infantil, bem como sobre a expectativa de mudança. Se a estrutura neurótica compreende um sujeito que enfileira “passado, presente e o porvir”, a experiência analítica demonstra que o tempo não é um dado imediato da subjetividade. Indo além, esta possível temporalidade do relato da história do indivíduo no nível consciente, uma vez sendo resultado de uma psicogênese, pode ser apenas esboçada ou mesmo não constituída.(André, 2008). Estes aspectos se relacionam com a prática de análise, onde o sujeito pode circular, em determinados contextos, entre momentos “regredidos”, ou “infantilizados”.

Estas características reforçam a seguinte idéia: se o sujeito não se fixa ou se filia propriamente a uma linearidade histórica, ele pode se reinventar posteriormente. Neste espectro amplo, temos a noção de identificação colando-se à idéia de um processo contínuo de modificações; um processo parcialmente inacabado e influenciável, portanto, pelo Outro, como dito, entendido como o próprio contexto social e seu conjunto de regras.

Neste viés, permitir-se afirmar que identidade não é algo posto ou dado *a priori*, nem tampouco completamente previsível de acordo com a estrutura psíquica dos indivíduos. É algo que se pode imaginar *a posteriori*. Fala-se, sobretudo, de um processo de fragmentação e recomposição; de um constante movimento de construção, referenciado em nossa própria biografia.

Nesta tônica, Castells anuncia que “toda e qualquer identidade é construída, e recebe em seu percurso matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (1999, p. 23). Todos esses materiais seriam processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais

³⁴ A dinâmica da transferência, Freud (1912. 1996)

enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo e espaço.

Os processos de *nomeação* de indivíduos/grupos são atos eminentemente políticos (Ciampa, 1993), e supõem esta referida maleabilidade do sujeito diante do contexto, sem que todavia se perca de vista sua estrutura psíquica interna. Isto retoma a afirmação de Machado (2003) acerca da adequação, que situa a identidade no ponto de cruzamento entre algo que vem de nós (o equipamento psíquico com o qual nascemos) e algo que nos vem de fora, isto é, da realidade externa. Na realidade externa o que existe é a sociedade humana, com as suas instituições e as suas normas, como trazido por Freud, em Totem e Tabu (1923, 1996).

Ao realizar uma leitura, consciente ou não, dos contextos no qual se insere, o sujeito realiza uma projeção acerca de seu porvir balizada em suas informações sociais e psicológicas sobre possíveis modos de vida (Giddens, 2002). Neste sentido, as perspectivas de um determinado indivíduo se manifestarão dentro de um determinado grupo ou contexto institucional, tanto no que diz respeito à sua esperança ou não de atingir um objetivo ou um estágio social; bem como de sofrer as conseqüências de seu próprio contexto psíquico e cultural. Esperamos, em outras palavras, sermos o que somos, coerentemente à nossa biografia: o ser humano conhece seu destino.

No universo de trabalho dos catadores, a mudança das trajetórias individuais estará diretamente ligada aos significados dados ao trabalho realizado pelos grupos de trabalhadores que se formam. Enriquez (1990, 2007) aponta uma importante articulação entre o trabalho e identidade, ao descrever o processo de inserção social que o mundo do trabalho propicia. As experiências associativas de catadores que abordaremos funcionaram, muitas vezes, como meio para o exercício do *direito à existência social* (Carvalho e Trajano, 2004). Falemos, pois, do sujeito que (ainda) não existe socialmente.

2.4 O (a)sujeito³⁵ ou o sujeito antes do nome..

A operacionalização da hipótese anunciada anteriormente, e que será chave para a análise aqui realizada, de uma existência que, em determinados contextos, se cronifica em um estágio de desenvolvimento anterior à sua inscrição social. Discutir esta inscrição em si passa necessariamente pelo aprofundamento de algumas questões

³⁵ Designo como (a) sujeito este indivíduo anterior à entrada no contrato social coletivo, em alusão aos teoremas analíticos próprios da teorização lacaniana.(Lacan, 1956-57, 1995)

específicas no tocante à noção de sujeito.

Em um contexto histórico, tem-se Jacques Lacan formulando, a partir de uma leitura do livro “As estruturas elementares do parentesco”, de Claude Lévi-Strauss, o Édipo³⁶ freudiano como sendo a metáfora da própria passagem do estágio de natureza para a cultura (Roudinesco, 1998).

Nestes termos, ressalta-se o papel simbólico que Lacan atribui à *função paterna*: trata-se de uma instância que institui o sujeito ao dar-lhe seu nome, situando-o deste modo em sua ascendência, descendência e no conjunto de regras decorrentes desta delimitação social. Por meio dessa função, introduz-se a Lei³⁷. Coerentemente, se a sociedade humana é dominada pelo primado da linguagem³⁸, a *função paterna* confunde-se com o próprio exercício de uma *nomeação*, a qual permite ao indivíduo adquirir sua identidade. Ressalte-se que, no âmbito desta teorização, está-se falando de uma identificação que provém de uma relação hierarquizada, verticalizada.

Uma parte importante destes enunciados concerne ao nome e ao sobrenome que nós temos, os quais fazem parte de nossa identidade, mas não foram escolhidos por nós. Eles nos localizam dentro da sociedade como membros desta ou daquela família, e assim designam para cada um de nós alguém como sendo nossa mãe, alguém como sendo nosso pai, outros seres humanos como nossos irmãos ou primos (Martins, 1991). Isto serve também para definir aqueles ou aquelas com quem não se pode manter relações sexuais: enfim, é o que se chama de lei da proibição do incesto, ponto fulcral da alegoria edipiana acerca da lei social para a psicanálise (Roudinesco e Plon, 1998).

Durante seus estudos sobre paranóia e, conseqüentemente, sobre as psicoses, Lacan (1955-56, 1995b) denomina essa *função paterna* como o *nome-do-pai*, conceito que, nesse estudo, será associado ao de *forclusão*³⁹. Tal termo serviu a Lacan para esboçar sua teoria das psicoses, por meio do que ele chamou de *forclusão do nome-do-pai*, que é mecanismo específico das psicoses. Este consiste na rejeição de um significante fundamental que é expulso do universo simbólico do sujeito, resultando

³⁶ O “complexo de Édipo” é uma metáfora Freudiana para o processo de socialização dos indivíduos, que passa pela percepção do outro pela entrada de interdições e regras sociais; uma imagem concernente à civilização, o que supõe uma regulação social dos desejos dos sujeitos (Laplanche e Pontalis, 1992).

³⁷ Lacan pensa a lei a partir de Lévi-Strauss, ou seja, da [interdição](#) do [incesto](#) que possibilita a circulação do maior dos bens simbólicos: as mulheres. É um desenvolvimento do Édipo freudiano, no que diz respeito ao processo de civilização. (André, 2004)

³⁸ Metáfora Lacaniana, introduzida em 1953, acerca do inconsciente em sua estruturação e inserção no contexto social. (Assoun, 2003)

³⁹ Forclusão: termo que designa uma falha, uma inclusão incompleta do indivíduo na linguagem, no interdito edipiano fundante do pacto civilizatório. (Roudinesco e Plon, 1998)

assim em uma serie de sintomas psicóticos (delírios, alucinações...). Não é minha intenção neste estudo ilustrar as psicoses, mas me valer destas definições para melhor entender o que falta em um sujeito que não é sujeito, um (a)sujeitado.

Em outra digressão teórico-histórica, vê-se que será pelo entendimento do *fetichismo* que Freud formulará suas idéias acerca das diferentes idades da humanidade. Esta formulação aparece inicialmente em sua obra “Totem e Tabu”, de 1913.

Fetichismo é um termo empregado por Freud para designar um mecanismo de recusa à angústia provocada pela entrada do indivíduo no contexto da linguagem, que é o espaço das regras, onde limitações ao desejo são impostas ao sujeito. Este barramento realizado por uma Lei simbólica compartilhada inaugura o sujeito social.

Será também por meio do estudo do fetichismo que se formularão conceitos que darão forma àquilo que os psicanalistas denominaram como perversão, ou o negativo da castração, que é uma designação referente a um indivíduo que leva sua existência fora do campo legal, ou seja, sem uma Lei significante que barre seu comportamento, este sempre tendente ao fetiche. A partir deste raciocínio, fica delineada a necessidade de uma Lei que insira o sujeito nas regras sociais do campo civilizatório, libertando-o do estado de obsessão pelo fetiche.

2.4.1- O catador nao-nomeado, o gozo e a paisagem do lixão

No trabalho de campo deste estudo, diferentes níveis e estágios de organização destes trabalhadores, tanto do ponto de vista individual quanto grupal, são percebidos. No panorama levantado, são encontrados grupos bastante avançados no que diz respeito à maneira de trabalhar coletivamente, assim como outros tantos consideravelmente desorganizados, com pouquíssima estruturação de identidade quanto ao seu trabalho ou à categoria na qual se enquadrariam. Para se falar do catador que ainda não se constituiu enquanto sujeito social pleno faz-se uma correlação entre estes diferentes estágios de organização individual e grupal e a teoria psicanalítica dos diferentes estágios de organização da identidade do sujeito.

Freud (1905, 1996) escalona estágios em sua teoria do desenvolvimento psicosexual dos indivíduos a partir de algumas categorias: as fases oral, anal, fálica e genital. Trata-se, certamente, de “uma noção de estágio que é comum à biologia evolucionista, à psicologia e à psicanálise; três disciplinas que, em suas discussões teóricas fundamentais, tiveram o cuidado de diferenciar idades da vida, etapas ou

momentos de evolução” (Roudinesco e Plon, 1998).

Nesta correlação teórica, são colocadas como mais "precárias" ou "arcaicas", aquelas situações de trabalho com o lixo nas quais não temos um trabalho coletivo como atividade normal, e tampouco um desejo de uma melhor inserção no mercado da reciclagem é narrado. Isto se manifesta tanto no que diz respeito ao manejo das regras para formação de preço, quanto na ausência de projetos que visem atingir outros objetivos comuns.

A imagem do trabalho destes indivíduos que não estão ligados a nenhuma organização associativa, cooperativa etc., e que atuam em meio à abundância de materiais recicláveis existentes em um lixão, como é o caso do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho⁴⁰, se cola àquelas que a psicanálise faz de um indivíduo em seus primeiros estágios de vida.

Os psicanalistas têm apontado um estágio no qual o bebê humano se encontra indiferenciado do seu meio ambiente, em uma relação simbiótica com a mãe e submerso ao desejo do Outro; em uma relação de objeto caracterizada pela passividade (Bergeret, 1998). O catador desorganizado não apresenta um lugar no aterro sanitário; ele faz parte do aterro, e compõe a própria paisagem do lixão.

Nesse quadro primitivo, o catador espera pelos caminhões, passivamente, qual um bebê à espera de ser saciado em seu desejo pelo seio materno. É um ser que busca a satisfação imediata e que não atua para construir um desejo autônomo, ficando submetido aos ritmos dos caminhões, aos ditames dos atravessadores etc.

Muito ao contrário. Uma espécie de alegria infantil destes catadores individuais é percebida pelos que observam os caminhões que transportam os catadores para dentro e fora do Aterro de Gramacho. Não são raros gritos de satisfação, berros de verdadeiro gozo dos que ali entram para trabalhar e, dentro de algumas horas, sair com seus fardos carregados de plástico, papel.⁴¹

Isto denota que o espaço do lixão é o da plenitude material segundo este catador regredido neste estágio primitivo, o qual supera a insalubridade do trabalho, ou mesmo não a sente. Deste gozo, derivam diversas dificuldades de organização do grupo no contexto do aterro, como veremos nos depoimentos sobre as cooperativas que atuam em

⁴⁰ O maior aterro sanitário da América Latina, no qual trabalham cerca de 280 catadores organizados em associações, e outros 3000 catadores independentes (Pinheiro, 2007)

⁴¹ Constato obtido por meio de observação no local, feita a partir de indicação de Jorge Pinheiro, pesquisador, conselheiro do Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Rio de Janeiro.

Gramacho.

2.4.2- *O catador não-nomeado e a tragédia dos bens comuns.*

A segunda função do diálogo interdisciplinar proposto neste texto será o de adicionar novas imagens e metáforas às explicações próprias das ciências sociais. Mais especificamente, dos autores com os quais se está trabalhando na abordagem da dinâmica da *ação coletiva* dos catadores. Sobre o (a)sujeito, temos uma analogia possível..

A “tragédia dos bens comuns”, proposta por Garret Hardin (1968), e contestada por Elinor Ostrom (2000), pode ser tomada como referente a este sujeito que escapa à delimitação realizada pela *função paterna*; um sujeito que recusa, ou deixa de lado, de forma oportuna (perversa), uma regulação social, uma Lei.

Está-se referindo, em termos psicanalíticos, a um ser que, na verdade, encontra-se cronificado em uma espécie de “estágio de natureza”, o qual se revela certamente predatório no que diz respeito aos “bens de acesso livre”⁴².

Este quadro se torna possível pela não confrontação, por parte destas pessoas, com o que vem do outro, com o desejo do Outro. O indivíduo de Hardin, e, como veremos posteriormente, em certa medida, o sujeito de Mancur Olson (1965, 1971), não está inserido em uma fraternidade, em uma ordem social capaz de por freios à avidez pelo gozo, já apontado como próprio da dinâmica do fetiche, e a recusa de viver o fim do mesmo.

Os balizamentos e as regras de convívio e compartilhamento dos bens comuns, conforme proposto por Elinor Ostrom (1990, 2000), são advindos da percepção que o indivíduo passa a ter de sua inserção em um contexto social, ou seja, de uma internalização destes mesmos limites, coerentemente à percepção psicanalítica do processo civilizatório.

No caso dos catadores, esta discussão nos remete à consideração sobre a importância das identificações horizontais, que são aquelas que se dão entre os membros de um mesmo grupo. Esta consideração deve contemplar os desafios impostos pela origem destes grupos, cujo traço originário maior é o da exclusão e o da

⁴² Elinor Ostrom (1990) propõe que aquilo que Hardin (1968) propunha como “bens comuns” eram, na verdade, “bens de livre acesso”, ou seja, bens que não eram percebidos como pertencentes a ninguém, o que suporia pouca implicação quanto ao manejo incorreto deste mesmo bem.

invisibilidade.

Na circulação horizontal de informações sobre os “modos de agir” próprios a um determinado grupo, também se cria a possibilidade para os sujeitos de desenvolvimento de traços identificatórios secundários. Estes traços secundários se tornam essenciais para permitir a diversificação das escolhas de destino quando o traço estruturante, advindo da *função paterna*, é insuficiente, como se observa nos grupos tradicionalmente excluídos (Kehl, 2000a, Singer 2009).

Esta abordagem sobre identificações horizontais nos indica outra maneira de se nomear e, por conseguinte, de se autorizar um grupo em um contexto social que os valide enquanto sujeitos. Um grupo já autorizado e nomeado pode também exercer a *função paterna*, constituindo-se como um Outro, ainda que, para a estruturação psíquica de seus próprios membros enquanto tais, não se exclua a ocorrência de um processo de identificação fundadora, vertical, em relação ao Pai ou seu substituto como a Lei (Kehl, 2000a).

As mudanças nos significados do contexto em que o sujeito está inserido modificam o próprio contexto do qual tais significados saem. Lima (2008), ao abordar as representações do trabalho realizado pelos catadores de materiais recicláveis, afirma que a constituição de uma identidade dos mesmos enquanto atores sociais e econômicos e a sua participação política no seio da sociedade brasileira engendra possibilidades de uma subjetividade individual e coletiva que, além de alterar o próprio espaço público e político, modificam o próprio território que ocupam.

Isto pode ser verificado com as experiências de Belo Horizonte, Londrina, Santo André, entre outros, ou mesmo em municípios menores, como o de Mesquita (RJ), onde a presença consolidada de iniciativas de catadores devidamente nomeados em seus direitos os autoriza a influenciar a política de resíduos locais, a dar um sentido renovado para o que se considerava apenas como “lixo” nestas localidades.

Nesta tônica, há a proposição de Kehl (2000b), que indica que quando um grupo que se autoriza a uma experiência marginal, força o seu reconhecimento e sua inscrição na cultura a que pertence, está contribuindo com sua parcela para a contínua re-escritura do pacto civilizatório. Este pacto só tem vigência e legitimidade enquanto reconhecido pela maioria, tornado-se a Lei, de fato.

Neste contexto, os novos nomes dados a estes sujeitos e a seus grupos se tornam verdadeiros textos (Martins, 1991), os quais, operados por diversos atores e apropriados pelos próprios catadores, dirão o que é esperado destes grupos: profecias que definem os

caminhos possíveis de inclusão e ação do homem que separa e cata, além de papel, latinhas etc., significados para seu agir e sua existência⁴³.

2.5 - O sujeito autorizado e a autonomia.

*“a vida me fez um papelão, mas eu fiz do papelão a minha vida...”*⁴⁴

Para se delinear uma conceituação sobre o sujeito autorizado sob uma perspectiva que aborde também questões de autonomia no contexto de sua *ação social*⁴⁵, imagina-se, antes de mais nada, uma atenção para que não se entre em um confronto paradoxal com a suposição freudiana do determinismo psíquico⁴⁶ no que diz respeito ao agir humano.

Não obstante, uma ênfase necessita ser dada ao entendimento causalista que Freud (1901, 1996) tem dos fenômenos psíquicos. Segundo este entendimento, a mesma lógica de causa e conseqüência existente nos fenômenos estudados pelas ciências naturais se aplicaria aos fatos do inconsciente.

Em sua inquietação teórica, Freud estava focado na necessidade de expor que os chistes, os atos falhos e outros fenômenos inconscientes tinham uma origem e um motivo. E, se em um determinado momento deste estudo nos referirmos ao sujeito da linguagem, nomeado e escrito no simbólico, faz-se necessário lançar um olhar também ao lado consciente do psiquismo humano (Laplanche e Pontalis, 1992).

O Simbólico, como substantivo masculino, foi empregado por Lacan (1953, 1998) para formar sua tópica do Simbólico, do Real e do Imaginário. Esse termo também é extraído dos estudos antropológicos de Lévi-Strauss. No caso, da discussão feita por este do modelo da lingüística estrutural do ensino de Ferdinand de Saussure (Assoun, 2003).

Em um texto introdutório à obra de Marcel Mauss, Claude Lévi-Strauss (1989)

⁴³ Martins, a respeito da resignificação dos nomes, fala de um **segundo parto**: “Ao contrário do primeiro, que coloca o sujeito no mundo por intermédio de uma operação de expulsão, o nascimento do sujeito para si, para os outros, e para a sociedade implica uma operação de introjeção do mundo” (1991. p.22)

⁴⁴ Texto de cartaz afixado durante o 6º Festival Lixo e Cidadania, realizado em Belo Horizonte em setembro de 2007.

⁴⁵ Ação que é orientada pelas de ações de outros, como proposto por Weber.

⁴⁶ Para Freud, todos os fenômenos psíquicos e comportamentais, inclusive aqueles que são aparentemente irracionais, fortuitos e sem importância, são passíveis de serem explicados dentro do contexto de vida daquela pessoa.

coloca que “toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos, na primeira fila dos quais se situam a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a religião. Todos estes sistemas visam expressar certos aspectos da realidade *social e psíquica*, e, sobretudo, as relações que os dois tipos de realidade mantêm entre eles, assim como designar quais os sistemas simbólicos tais aspectos mantêm entre eles mesmos”⁴⁷. Lacan se vale dessas teorizações para mostrar como o indivíduo humano se insere em uma ordem preestabelecida e de natureza simbólica. Designa assim, como Pai Simbólico ou Nome-do-Pai, a Lei que fundamenta essa ordem (Roudinesco e Plon, 1998).

Desta forma, introduz-se a noção de *sujeito barrado* (\$), que é o *sujeito social*, o ator social. Enfim, o sujeito barrado no seu desejo, e, portanto, livre assim de sua busca desenfreada pelo gozo.

Mas de que gozo se está falando? Volta-se, mais uma vez, ao exemplo do catador retido em uma posição passiva, em um lugar não-fálico, a partir do qual seus atos não possuem força simbólica para inscrever-lhe enquanto ator na dinâmica do próprio mercado que absorve o seu gesto, seu esforço, seu trabalho. O gozo ao qual se está referindo é aquele advindo de uma recompensa simbiótica que o catador recebe do lixo no que este sacia sua falta, em todos os sentidos.

Ao se referir a um sujeito que tem este desejo *perverso polimorfo*⁴⁸ barrado, que se dá por meio de uma inscrição de um terceiro, estamos entrando no campo do pacto civilizatório. Esse é o momento libertário do catador: quando o sujeito é barrado, ele passa a se inscrever em uma linearidade histórica contextualizada nas esferas sociais das quais passa a participar. E isto significa que ele ganha autonomia quanto ao seu desejo, e portanto, seu agir.

Neste ponto, contudo, pode surgir um questionamento: como se referir a um momento libertário ao mesmo passo em que se fala de um sujeito que barra, que corta o

⁴⁷ «Toute culture peut être considérée comme un ensemble de systèmes symboliques au premier rang desquels se placent le langage, les règles matrimoniales, les rapports économiques, l'art, la science, la religion. Tous ces systèmes visent à exprimer certains aspects de la réalité physique et de la réalité sociale, et plus encore, les relations que ces deux types de réalité entretiennent entre eux et que les systèmes symboliques eux-mêmes entretiennent les uns avec les autres » Lévi-Strauss (1989)- Introduction à l'œuvre de M. Mauss" – tradução do autor

⁴⁸ Segundo Freud (1919, 1996), uma criança é, por natureza, um ente "perverso polimorfo". Isto quer dizer que, antes da educação e introjeção das convenções da sociedade civilizada, a criança se volta para a várias partes do corpo na busca por obter prazer e não obedecer as regras de privação que os adultos impõem.

seu desejo, ou, melhor falando, que tem seu desejo barrado? Ao se responder esta questão, tem-se a oportunidade de esclarecer um ponto fundamental: o catador “livre do barramento” se encontra, ao fim e ao cabo, alienado da constituição de um desejo seu, perpetuando-se em uma dinâmica de comércio psicoafetivo inferior, na qual a prevalência da falta determina as ações empreendidas e o conseqüente gozo obtido.

Escravo de sua “liberdade”, o catador não nomeado, não inscrito no significante social, segue os trilhos erráticos desenhados por sua total falta de autonomia. Estar nesta situação impede o surgimento, no horizonte de seu agir, de projetos de médio ou longo prazo, onde cálculos estratégicos se formulam.

Com estas reflexões, temos uma boa ilustração da proposição weberiana (Swedberg, 2005) acerca da ligação entre a racionalidade desenvolvida por grupos ou indivíduos e a história de constituição dos mesmos, um conceito posteriormente desenvolvido como *racionalidade dependente do contexto*⁴⁹ (Balestro, 2006). A própria idéia de *ação social* e a própria construção da *ação econômica* é condicionada por processos psíquicos validadores do indivíduo, os quais poderão resultar em seres efetivamente sociais, que agirão estabelecendo uma lógica própria.

Temos, assim, que a realidade do mercado de recicláveis, que inclui desde os trabalhadores desorganizados de um aterro às cooperativas exemplares, poderá, e não necessariamente irá, resultar no estabelecimento de uma racionalidade de meios e fins para os que dela participam, onde o privar-se do presente para conseguir algo no futuro, realizando uma melhor alocação de seu esforço, seu tempo e seu trabalho seria uma ação possível.

O catador autorizado é, pois, aquele nomeado por um significante que barra e proíbe uma relação simbiótica entre este e o lixo, o que inicia uma corrente de significantes que tornam esta organização um *fato social* (Durkheim, 1978), um produto da cultura, sendo assim uma passagem do natural para o cultural. Este processo permite ao catador realizar uma conexão entre as rotinas de sua *ação econômica* e os resultados obtidos. Neste contexto, o ato nomeador é necessariamente um ato político que constitui o ser social.

⁴⁹ Context bound rationality “São levadas em conta tanto as relações sociais como as instituições para explicar a emergência, persistência e transformação das instituições econômicas. Ao ocorrer dentro das restrições institucionais, a racionalidade pode ser considerada dependente do contexto. (Balestro, 2006)

3- Cooperativas de reciclagem e movimento dos catadores no Brasil

Ao fazermos um histórico da organização dos catadores no Brasil, torna-se revelador da exclusão política e social deste grupo constatar que, apesar de se registrar o trabalho dos catadores ou o trabalho dentro e fora dos lixões brasileiros desde o fim do século XIX, somente no fim da década de 80, iniciam-se articulações para tratar das questões específicas ao segmento.

A organização dos catadores no Brasil tem origem no fim da década de 80, quando as Pastorais da Rua da Igreja Católica começaram a facilitar este processo em diversas localidades. Neste mesmo momento, temos o Partido dos Trabalhadores (PT) começando a ganhar força em algumas câmaras municipais e prefeituras, o qual passa a apoiar as associações e cooperativas existentes, bem como a fomentar organização do segmento nas localidades onde tais iniciativas não existiam.

Nas primeiras administrações do PT em Belo Horizonte, temos o surgimento das primeiras iniciativas de coleta seletiva com a inclusão das cooperativas e associações de catadores recicláveis no país (Abreu, 2001). Esta aproximação com o segmento se deu, sobretudo, pela presença de simpatizantes da causa ambiental e/ou dos excluídos em tais administrações, fato que permitiu a inclusão da temática nos programas e propostas do partido para a Reforma do Estado (Dias e Alvez, 2008 apud Samson, 2009).

Uma segunda ação relevante é a criação, em articulação com a UNICEF, do Fórum Nacional “Lixo e Cidadania”, que propôs o desafio de erradicar o trabalho infantil com o lixo em nível nacional, reunindo agentes protagonistas para produção e intercâmbio de conhecimentos sobre cooperativismo, associativismo com vistas à melhorar das condições de vida e do status social dos catadores. Inicialmente, para mobilizar a sociedade em geral, lançou-se a campanha “Criança no Lixo Nunca Mais”. O objetivo de mudança do olhar da sociedade para com esta categoria é ainda central nos fóruns regionais ainda em atividade, os quais executam um trabalho com o objetivo de pautar governo, imprensa e formadores de opinião sobre as especificidades do universo do trabalho dos catadores⁵⁰. São operações fundamentalmente ligadas a resignificação do trabalho da reciclagem.

Após o surgimento do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, temos a criação, em

⁵⁰ Fonte: entrevista com Pólita Gonçalves, coordenadora do programa “Catadores em Movimento”, do Estado do Rio de Janeiro e membro do Fórum Lixo e Cidadania, realizada em outubro de 2009

2001, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que, atualmente, é o maior do mundo no tocante a este tipo de atividade (Medina, 2007). A trajetória de constituição deste movimento inclui a formação da Federação de Associações de Recicladores do Estado do Rio Grande do Sul (FARRGS); a realização, em novembro de 1999, do primeiro Encontro Nacional dos Catadores, em Belo Horizonte, organizado pelo Fórum Nacional de Estudos sobre os Sem-Teto, com o apoio das Pastorais de Rua, o Governo Municipal local e diversas outras instituições. Em junho de 2001, funda-se o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, durante o I Congresso Nacional de Catadores, em Brasília⁵¹.

O MNCR configura-se enquanto um movimento social de defesa dos interesses da categoria dos catadores, tendo como bandeira fundamental o **reconhecimento** e **valorização** dos mesmos enquanto trabalhadores. A organização preconiza a integração formal do contingente de catadores nos sistemas públicos de tratamento de resíduos sólidos, bem como a remuneração destes pelo serviço público que prestam, como já acontece em algumas localidades (Santo André-SP, Londrina-PR)

3.1 Nomeação, autorização e o sucesso econômico dos catadores

Sobre estas iniciativas de organização do segmento, deve-se atentar, para fins deste estudo, ao fato das mesmas terem sido inicialmente articuladas por agentes externos aos grupos de catadores: organizações não governamentais e entidades de governo. Daí se poder categorizá-las como atos que convidam estes trabalhadores para o conjunto maior da sociedade, o que ocorre por meio da promoção de uma mudança da posição destes atores no mercado em que se inserem: ativos, empoderados, não alienados. São atos de *nomeação* e *autorização* realizados por entes que exercem a *função paterna* de inscrição dos indivíduos em um pacto civilizatório,

Com o desenvolvimento destas iniciativas passa-se a ter as cooperativas e o movimento político constituído pelos catadores passando a exercer também esta função nomeadora, que, como dito, se dará por meio de identificações horizontais, ou seja, de catador para catador.

Neste contexto, as palavras de ordem do movimento, anunciadas em suas atividades de sensibilização no que diz respeito às regras do mercado, tais como

⁵¹ Fonte: site do MNCR- Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. www.mnccr.org.br, acessado em 20 de novembro de 2009.

“catador não compra de catador”, impõem e supõem a constituição de uma relativa fraternidade que inaugura uma distinção entre os trabalhadores históricos do setor e os que não o são. Destas ações, resultam diversas percepções importantes para os catadores, como a identificação de quem são os agentes atravessadores neste mercado.

Este exemplo possibilita o entendimento de outro aspecto relativo aos gestos nomeadores: estes seriam reforçados pela própria função que passam a ter na realidade do trabalho dos catadores. O melhor manejo das regras do mercado, a consciência de quem é catador e quem não é catador, e a melhor circulação de informação entre os agentes envolvidos na cadeia produtiva possibilitam o estabelecimento de maior confiança entre os membros -- fator que é condição para a formação de redes sociais e dos próprios círculos de reconhecimento (Abramovay, 2005)--; todos estes aspectos influenciando a formação de preços no mercado de recicláveis.

Neste ponto, retoma-se a percepção de Granovetter (1992), que destaca o papel das redes sociais para se entender o mercado e suas relações. E um dos elos que unem a construção das redes sociais e das organizações coletivas é a confiança (Putnam, 2002), que passa, sob esta perspectiva, a ser parte do mundo dos negócios econômicos. Esta discussão pode ser aproximada aos processos de *nomeação* e *autorização* aqui tratados quando se discute o processo de reconhecimento entre os catadores, da constituição de uma fraternidade, bem como o de entrada e trânsito dos mesmos em círculos sociais mais amplos.

Seguindo esta linha de pensamentos, pode-se, então, falar em algo além de um reforço no processo identificatório, conforme se perceberá a partir da análise das entrevistas realizadas. Em verdade, configura-se, no caso dos catadores, uma interdependência: as experiências observadas neste estudo indicam que tais ações de *autorização* e *nomeação*, para se consolidarem, precisam implicar em resultados palpáveis tanto sob o ponto de vista psíquico, quanto econômico. Ou seja, em uma organização de catadores, os processos de validação social não podem se passar apenas no campo psíquico, assim como a simples atividade de catação e comercialização não implica necessariamente na constituição de uma *ação econômica e social*, nos termos em que se abordou nos capítulos anteriores (Granovetter, 1985).

Temos assim que o investimento destes indivíduos em uma identidade diferenciada e nova, enquanto pertencentes a uma categoria de trabalhadores, e seu engajamento em empreendimentos cooperativados não constitui uma *ação coletiva* em abstrato. Trata-se de algo dependente do alcance de fins determinados, o que requer

uma visão sobre a materialidade do trabalho e a conseqüente remuneração financeira, ainda que estejamos considerando visões das ciências sociais que enxergam os objetivos da *ação econômica* como não sendo apenas os da maximização de conveniências materiais de curto prazo (Ostrom, 2000, Granovetter, 1992).

Apoiando este enfoque de interdependência, é interessante se trazer dois pontos acerca do mercado de recicláveis: atualmente, independente das nuances atribuíveis às trajetórias de constituição das associações, cooperativas ou redes em questão no Brasil, temos, nos grandes e médios centros brasileiros, a ação dos catadores como o motor fundamental para o estabelecimento de uma cadeia produtiva de reciclagem⁵²; e a permanência ou ampliação das atividades realizadas pelas mesmas têm, prioritariamente, sido definidas pela sua *eficiência econômica* (Grinberg, Tuszal e Goldfarb, 2005).

Eficiência econômica é um conceito amplo que muitas vezes tende a ser evitado nos discursos de inclusão social. Associa-se esta característica a uma agressividade negativa do sistema capitalista, da qual derivariam mazelas diversas do mundo do trabalho. Esta percepção é certamente advinda da cristalização da definição neoclássica do termo eficiência como “o resultado da alocação ótima da terra, do trabalho e do capital realizada por uma firma de acordo com os preços variados destes recursos” (Fligstein e Choo 2005, p.64)⁵³. Trata-se de um conceito que se ocupa do bem-estar de cada pessoa, não do bem-estar relativo das diferentes pessoas e que, declaradamente, não se preocupa com a desigualdade: o ótimo de Pareto⁵⁴.

Contudo, apesar de se constituírem em uma forma social de produção alternativa à firma capitalista (Lazonick, 2002), os empreendimentos econômicos gestados coletivamente por catadores de materiais recicláveis não escapam da lógica da acumulação de capital e das regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes

⁵² O 6º. Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos – realizado em 418, das 5.564 cidades do país em 2007 (54% da população urbana), pelo Ministério das Cidades, revela que, em 2007, os catadores foram responsáveis por 83% das coletas seletivas realizadas nos municípios pesquisados. Dados do CEMPRE- Compromisso Empresarial para Reciclagem-, mais específicos sobre a cadeia produtiva da reciclagem realizado de 2008, apontam ainda que 43% dos programas de coleta seletiva implantados no país têm relação direta com cooperativas de catadores.

⁵³ Tradução do autor

⁵⁴ Vilfredo Pareto, em 1906, afirma: uma situação econômica é ótima se não for possível melhorar a situação, ou, mais genericamente, a utilidade, de um agente sem degradar a situação ou utilidade de qualquer outro agente econômico. Assim, em uma estrutura ou modelo econômico podem coexistir diversos ótimos de Pareto e estes não têm necessariamente um aspecto socialmente benéfico ou aceitável. Por exemplo, a concentração de rendimento ou recursos em um único agente pode ser ótima. (Pareto, 1988).

econômicos. Assim, da mesma forma, ao mesmo tempo e pela mesma razão, eles são compelidos a adotar a base técnica do capitalismo de modo a serem competitivos.

Neste ponto, o discurso da *economia solidária*⁵⁵, comum e amplamente empregado no contexto de discussões sobre diversas modalidades de empreendimentos coletivos populares, filiado a uma ética humanista, se obriga a enfrentar uma contraposição: as instituições não emergiriam automaticamente, mas, antes, responderiam a necessidades objetivas (Granovetter, 1992).⁵⁶

Se a cultura da cooperação, fundada em valores como a solidariedade, a confiança, a reciprocidade e a organização funcional dos grupos, pode ser vista como um contraponto à crescente atomização do mercado, também é importante observar que a mobilização dos recursos presentes nas redes sociais não consegue se afirmar contra o mercado (Ostrom, 1991). Deste modo, o poder destas mobilizações coletivas reside na possibilidade de definir formas alternativas de nele se inserir, ou, ainda, o construir.

Não contemplando de forma prioritária esta associação fundamental entre a sustentabilidade econômica e o próprio processo de validação social por meio do trabalho, não é de se espantar que a maioria dos empreendimentos que seguem a lógica da economia solidária no Brasil sobreviva em situações precárias, enfrentando dificuldades de gestão, comercialização, acesso a recursos financeiros e a conhecimentos tecnológicos (Eid, Dakuzaku e Gallo, 2000; Rutkowski, 2005).

Maciel e Albagli (2002) corroboram este enfoque falando da necessidade de que se passe a entender tais associações como empreendimentos econômicos com conteúdo social, e não empreendimento social com conteúdo econômico.

⁵⁵ Forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital. tendo base associativista e cooperativista, é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido (Mance, 1999).

⁵⁶ É oportuno, neste ponto, lembrarmos que a entrada do indivíduo no conjunto de regras sociais por meio de uma nomeação pode ser entendida como a institucionalização do mesmo.

3.2 Políticas de nomeação dos catadores:

Fazer com que projetos institucionais sejam bem sucedidos é um projeto eminentemente político (Fligstein, 2002). Os processos de subjetivação abordados no contexto deste estudo podem ser entendidos como um projeto institucional em si, onde a “progressiva concretização de uma identidade” realiza e é realizada pela resignificação da atividade laboral de uma categoria.

Neste contexto, a nomeação dos membros dessa categoria enquanto sujeitos e o entrelaçamento deste processo com os resultados do trabalho realizado por tais pessoas representa esta ação política, assim como todo ato de inscrição de pessoas enquanto sujeitos em uma coletividade, ou agenciamento de grupos marginalizados diante das instituições existentes com vistas ao seu reconhecimento ou empoderamento dentro das mesmas tem este caráter (Ciampa, 1993).

Filiado à corrente da Nova Sociologia Econômica, Fligstein, assume uma compreensão sociológica das instituições sociais, dentre as quais teríamos o próprio mercado, apontando algumas nuances de uma íntima ligação entre mercado e Estado. Em sua leitura, as políticas atuam em vários estágios do desenvolvimento dos mercados: formação, estabilidade e transformação. No que diz respeito à formação dos mercados, teríamos situações nas quais a ação política se assemelharia à realizada pelos movimentos sociais, sobretudo quando os empreendimentos em questão necessitam, para se consolidar, de se resguardar parcialmente da competitividade agressiva existente em algumas situações (Santos, 2006)

Neste espaço de interação entre o Estado e o mercado, a mobilização do segmento de catadores de materiais recicláveis o Brasil tem buscado uma legislação que os inclua nos textos de políticas públicas, compondo ações que os valorize tanto socialmente, quanto economicamente (Samson, 2009).

A legislação que promove a inclusão social dos catadores no Brasil é resultado das aberturas políticas do sistema político que, para além das oportunidades possibilitadas por governos ou técnicos sensíveis à causa dos catadores, comporta elementos de democracia participativa, visando contemplar a mobilização do segmento enquanto movimento nacional e regional.

Realizando um apanhado de algumas ações direcionadas à categoria, temos a inclusão, em 2002, da profissão de catador na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 5192-5. Para além de facilitar o acesso à proteção trabalhista, a

inclusão da categoria dos catadores na CBO teve a intenção precípua de fazer com que a sociedade percebesse o catador como “um trabalhador”. Contudo, esta simples formalização, apesar de ser um ato nomeador importante em si, não trouxe, de forma expressiva, impactos no acesso dos catadores aos direitos garantidos aos trabalhadores de uma maneira geral.

A partir de 2003, com o avanço da organização do segmento em nível nacional, que resulta na criação de uma instância interministerial⁵⁷ voltada especificamente ao apoio da categoria, visualiza-se a necessidade de realizar ações que contemplem a própria atividade econômica dos catadores. Desta forma, alguns projetos de investimento em estrutura física, capacitação e fortalecimento da mobilização da categoria são realizados.⁵⁸

As ações de investimento em estrutura, contudo, não conseguem alcançar a maior parte das associações de catadores então existentes. Frágeis sob o ponto de vista jurídico e institucional, as barreiras para receber os recursos públicos impossibilitam a construção da maioria dos galpões oferecidos, assim como o recebimento de equipamentos, como prensas e caminhões. Isso faz com que apenas as iniciativas já estruturadas aos moldes de uma firma se beneficiem destas iniciativas, em um primeiro momento.

Diante deste quadro, com vistas à inclusão de um maior número de empreendimentos coletivos de catadores nas ações de apoio, chega-se ao questionamento sobre o quê de fato é necessário à categoria como um todo, abordando-se, neste ponto, os gargalos anteriores à própria formalização institucional destes grupos.

Neste contexto, chama-se atenção para uma ação discutida ao longo do ano de 2006, tanto entre os segmentos dos catadores e seus apoiadores civis, como entre entidades do governo, apresentada como proposta durante o 5º Festival Lixo e

⁵⁷ Em 2003, ocorre a criação do Comitê Interministerial para a Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, por meio de Decreto Presidencial s/n de 19 de setembro do mesmo ano, reunindo 13 Ministérios e os principais agentes promotores de financiamento para a cadeia produtiva da reciclagem, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, além do próprio Movimento Nacional dos Catadores. As primeiras ações efetivas são a celebração de convênios para “fortalecimento da organização da categoria” e a discussão sobre financiamentos de galpões e maquinário junto à Fundação Banco do Brasil e BNDES.

⁵⁸ As ações de capacitação e apoio técnico são realizadas por meios de convênios do Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério das Cidades com a Cáritas Brasileira, Fundação Banco do Brasil, Organização para o Auxílio Fraternal (OAF), Fundação Zerbini, entre outras. As ações de financiamento de equipamento ficam a cargo do BNDES, por meio de liberação de recursos de seu Fundo Social,

Cidadania, realizado em Belo Horizonte, no mesmo ano. Trata-se do Decreto Presidencial 5940, de 26 de outubro de 2006, que institui a coleta seletiva em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta e obriga a destinação do material reciclável, separado pelos funcionários destes órgãos e entidades, a cooperativas e associações de catadores locais.

Esta ação teve o intuito de promover o acesso do segmento, por meio de suas associações, ao material descartado. Independente do nível de organização dos grupos, a disponibilidade do material a ser comercializado define o trabalho a ser realizado.

Para isso, é criada uma “comissão para coleta seletiva solidária” em cada órgão, ou prédio deste órgão, a qual estabelece um fluxo interno de separação dos materiais e externo, de disponibilização dos mesmos, em conjunto com as cooperativas ou associações de catadores.

Aparentemente mais um ato formal (como a inclusão da categoria na CBO), este dispositivo jurídico, revelou-se uma ferramenta indispensável para o enfrentamento da crise do preço dos recicláveis vividas em 2009⁵⁹, conforme poderemos ver nas entrevistas realizadas para este estudo.

No entanto, além deste aspecto evidentemente econômico, uma análise sobre outras nuances envolvidas para a aplicação deste dispositivo revela que o mesmo é, ao mesmo tempo, uma ação de *nomeação*, ao definir quem trabalha o material reciclável; uma ação de *autorização* social, ao promover o acesso dos catadores aos locais onde estes mesmos materiais são produzidos ou descartados, assim como a interação dos catadores com outras categorias de trabalhadores; uma ação de fomento à organização do segmento, por demandar, para sua implantação, a atuação coordenada dos catadores junto aos funcionários dos órgãos e entidades, além de contribuir para a modificação do léxico negativo associado à atividade diante de um contingente expressivo de cidadãos, que passam a operacionalizar o conceito de “coleta seletiva solidária” em seu local de trabalho.

A designação solidária advém do próprio gesto de separação do material reciclado por uma categoria, os funcionários, para outra categoria de trabalhadores, os catadores, o que modifica olhar dos destes funcionários para com os catadores, bem como para com o próprio lixo, que agora passa a ter um outro valor.

Este encontro entre os servidores e os catadores acaba por promover, de forma mais

⁵⁹ IPEA: Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 41, Novembro 2009

efetiva que outras tantas ações direcionadas ao segmento, seu reconhecimento enquanto trabalhadores. O nome catador toma outro sentido, assim como o lixo, que vira material de trabalho, contribuindo para a renda de outros cidadãos.

4- Método

Trata-se de um estudo de caso múltiplo, de caráter exploratório. Múltiplo, pois foram consideradas quatro experiências em um universo que compreende catadores individuais, associações e cooperativas em suas singularidades. Exploratório, pelo caráter emergente da abordagem, que une a sociologia econômica e a psicologia social de inspiração psicanalítica (Ferreira, 2005), e por também discutir uma questão que porta uma marca de ineditismo: a construção da racionalidade econômica de pessoas excluídas social e economicamente. Este enfoque não se apresenta nos estudos em economia solidária, os quais geralmente são associados às discussões sobre empreendimentos cooperativados constituídos por ou para tais grupos.

Enquanto estudo exploratório e qualitativo, este texto tem o propósito de construir um esquema analítico que possa ser utilizado para geração de hipóteses a serem testadas em pesquisas futuras.

4.1- Coleta de dados

Para coleta de dados, no contexto de uma perscrutação inicial, foram realizadas visitas a vários empreendimentos nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte ao longo do ano de 2009, coerentemente ao projeto de pesquisa defendido em 2008, segundo o qual se propunha que fosse realizada uma comparação entre as redes de comercialização de recicláveis nestas duas regiões, sob o ponto de vista dos catadores.

Com a análise dos primeiros dados, contudo, surgiu uma maior curiosidade sobre o aspecto interno aos sujeitos no contexto de composição destas mesmas associações, cooperativas e redes, o qual se refere aos processos de *nomeação* e de *autorização* referidos nos capítulos anteriores, tendo este enfoque sido construído ao longo das discussões de orientação.

Assumido este viés, a opção por se aprofundar nas dinâmicas de uma só região se mostrou mais lógica: uma vez situado o interesse fundamental no contexto interno aos grupos, tendo em vista o escopo da dissertação, não seria possível capturar em profundidade as especificidades de maior número de casos em duas regiões distintas.

A opção pela região Metropolitana do Rio de Janeiro se deu pela existência de algumas características que se revelaram potencialmente profícuas para a realização de um estudo que busca entender a trajetória de desenvolvimento dos indivíduos catadores e seus grupos. Coexistem no Rio de Janeiro e região metropolitana diferentes estágios de organização do segmento, o que, aparentemente não é tão pronunciado na região de Belo Horizonte, onde certa homogeneização teria ocorrido devido aos avanços históricos obtidos pelos grupos em um contexto político mais favorável e, de longa duração (Abreu, 2001).

O levantamento de dados foi feito por meio de entrevistas semi-estruturadas, onde cada entrevistado foi instado a contar sua história de vida a partir de sua trajetória enquanto catador, dentro ou fora de uma associação ou cooperativa. Também foram entrevistados os gestores públicos. Ao todo foram realizadas 19 entrevistas, durante os meses de setembro de 2009 a janeiro de 2010. Foram ouvidas duas lideranças políticas do Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis do Rio de Janeiro - MNCR-RJ; sete presidentes e/ou coordenadores de associações ou cooperativas de catadores; cinco membros de cooperativas que não possuem funções de coordenação dentro das associações e três catadores individuais, independentes de qualquer associação. De forma complementar, foram realizadas entrevistas em profundidade com três gestores da política ambiental no Rio de Janeiro que atuam em interface com a dinâmica das associações de catadores;

Para isso, foram realizadas visitas a oito empreendimentos de catadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os quais se encontram distribuídos em três municipalidades (Duque de Caxias, Mesquita, e a própria capital do estado). Também foram feitos encontros com as coordenações de programas ou ações de governo que têm interface com os catadores de cada município, atividade que resultou no acompanhamento das reuniões para debate do programa “catadores em movimento”, que é uma iniciativa de apoio à organização do segmento no estado do Rio de Janeiro, reunindo catadores e gestores para planejamento e execução das ações concernentes.

4.2 Análise dos dados

Para a análise de dados foi empregada uma lógica qualitativa, o que implicou na análise em profundidade das entrevistas. Esta análise partiu da transcrição das entrevistas e da categorização dos discursos contidos nas mesmas tomando-se como

referência dimensões analíticas foram construídas a partir dos dados coletados e da revisão teórica, de forma interdependente e contínua, com vistas à definição, e, posteriormente, o refinamento do próprio objeto de estudo. Strauss e Cobin (2008) afirmam que a construção de uma análise se dá muitas vezes nestes termos, ou seja, em um movimento de idas e vindas entre o construto teórico e o cenário dos dados.

O produto desta elaboração definiu em quatro o número de experiências centrais a serem consideradas para este estudo, cujas falas de seus participantes serão consideradas a partir dimensões analíticas que sinalizam uma seqüência de desenvolvimento dos empreendimentos, dos indivíduos e dos grupos analisados no que diz respeito à resignificação de seus papéis e à conseqüentemente possível construção de uma racionalidade econômica.

Neste ponto é interessante apontar que uma iniciativa cooperada de catadores acabou se tornando referência. Seu exemplo torna possível a construção de uma linearidade temporal e narrativa, diante de das evidências empíricas advindas da sua observação. Trata-se caso da COOPCARMO, situada no Município de Mesquita, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro.

Deste modo, são elencadas duas grandes dimensões, que serão abordadas a partir das falas dos entrevistados, de forma não estanque, posto o entrecruzamento temporal e a interdependência de tais dimensões. São elas:

- Nomeação imbricada⁶⁰ e o processo de autorização;
- A construção da ação coletiva.

Em algumas uma destas dimensões, serão inseridas entretítulos, para melhor esclarecer alguns pontos levantados.

⁶⁰ Termo sugerido para a primeira dimensão de análise, se referindo ao processo de nomeação no plano do indivíduo, enfatizando a contextualização das suas relações sociais. Trata-se de um processo que é tratado no contexto de um indivíduo imbricado socialmente.

5- Breve histórico dos casos considerados

Neste capítulo será feita uma contextualização das cooperativas que serão tomadas para análise no próximo capítulo. As situações apresentadas foram escolhidas por conterem características que as diferenciam entre si, e sobretudo por trazerem em suas estruturas ou nos relatos trazidos a partir da coleta de dados aspectos que se referenciam diretamente com as discussões trazidas à baila neste estudo.

A partir deste critério, iniciativas cooperativadas, ou associações que, após análise dos dados, não se revelaram com potencial de aportar grandes nuances diferenciadoras de outras iniciativas diante do enfoque escolhido foram desconsideradas para fins de análise.

Como resultado disto, temos quatro situações principais: Cooperativas que recebem seu material do garimpo realizado nas frentes de trabalho nos aterros, como é o caso da COOPERCAMJG; as experiências de catadores individuais deste mesmo aterro, não associados a nenhuma cooperativa; a experiência de uma cooperativa que possui grande identificação com a categoria dos catadores, mas que enfrenta problemas de gestão; uma cooperativa que possui problemas na operacionalização das regras do cooperativismo, mas que se inscreve, a partir da adequação a normas que beneficiam a categoria, ao conjunto dos catadores; e um exemplo de empreendimento que, de alguma maneira, passou pelas diversas fases discutidas para constituição de seus membros enquanto sujeitos na sociedade e enquanto atores no contexto do mercado de materiais recicláveis.

5.1- As iniciativas

No aterro sanitário de Jardim Gramacho (RJ), funcionando a mais de 30 anos, cerca de 3.000 catadores, retiram algo como 200 toneladas de materiais recicláveis por dia (Pinheiro, 2007). A grande maioria destes trabalhadores ainda atua de forma independente, apesar da existência de iniciativas cooperativadas no local desde 1996, quando se inaugurou a COOPERGRAMACHO.

Esta primeira associação reúne atualmente cerca de 40 pessoas, e, inicialmente, se propôs a acolher os mais fracos, ou seja, os velhos e as mulheres, que trabalhavam diretamente no lixão, para o trabalho em uma usina de triagem, com estrutura de esteiras

por onde o material passa. Trata-se de uma iniciativa que proporciona acesso ao universo de benefícios sociais, cada cooperado recebendo mensalmente, através da produção cooperativista, uma média de dois salários mínimos, sendo segurados pelo INSS por meio do pagamento de contribuição enquanto autônomos, possuindo seguro de vida e conta bancária na Caixa Econômica Federal.

Esta primeira iniciativa insere-se no contexto de uma tentativa de transformação do Lixão de Gramacho em Aterro Sanitário iniciada em meados dos anos 1990. Trata-se de um projeto que impôs uma série de ações sociais implantadas no aterro; que fossem feitas reformas estruturais com vistas à recuperação do gás produzido; a redução da proliferação de vetores de contaminação; e controle de seu volume, que à época, como nos dias de hoje, ameaçavam deslizar para a Baía de Guanabara.

Estas ações são derivadas das pressões realizadas pelo Município de Duque de Caxias por não mais receber o lixo da região metropolitana de forma pouco controlada, das veiculações de notícias na mídia sobre a situação ambiental local que, para além dos riscos de acidente ecológico grave na Baía de Guanabara e da já consumada contaminação dos manguezais, representava perigos à operação do Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão). Não eram raros os incidentes com urubus e outras aves que se concentravam no lixão.

Soma-se a este contexto a campanha “Criança no Lixo Nunca Mais”, lançada pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania e encampada pela UNICEF naqueles anos, que tinha a situação de Gramacho com símbolo.

Atualmente, além do empreendimento da COOPERGRAMACHO, iniciado por agentes públicos, temos a COOPERJARDIM, iniciada e formada por catadores, que, em janeiro de 2010, se encontrava em processo de organização, contando com 30 associados, a COOPERCAXIAS, que atualmente inicia suas atividades, também com cerca de 30 associados, e a COOPERCAMJG (Cooperativa de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho), estruturada desde 2007, a qual conta atualmente com 180 associados. Todos estes empreendimentos recebem materiais de fontes externas ao lixão, sendo sua fonte principal de insumos, contudo, o fruto do garimpo feito “na rampa” (como é chamado o lixão propriamente dito), realizado pelos cooperados.

A COOPERCAMJG se destaca por sua liderança dentro do espaço do Aterro e fora dele, tendo, entre seus membros, representantes ativos do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Para análise neste estudo, será

considerada a experiência de alguns de seus membros, os quais, nas entrevistas, relatam suas trajetórias de vida, de crianças catadoras no lixão à atuação como lideranças comunitárias entre os catadores, trazendo os desafios que o trabalho coletivo impõe.

Os turnos de trabalho são claramente definidos dentro destas associações, bem como é feito um contínuo esforço pela socialização de informações entre os participantes do empreendimento com vistas a aumentar o grau de confiança entre seus membros. A COOPERCAMJG, por meio de suas lideranças, atua diretamente na negociação de temas de vanguarda para a categoria dos catadores no Estado. Isto significa participação na discussão do passivo social decorrente do eminente fechamento do aterro, que se encontra bastante acima de sua capacidade; participação e vitória no pleito pela transferência de recursos obtidos com a exploração do gás produzido no aterro, atualmente explorado pela Petrobrás, para alimentar um fundo social com vistas à estruturação de serviços para a comunidade pré e pós-fechamento do aterro; e também a negociação sobre o recebimento de fundos relativos a créditos de carbono obtidos por meio do trabalho de reciclagem realizado pelos catadores.

Apesar destas iniciativas, a maior parte dos cerca de 3000 catadores de Materiais Recicláveis atuantes em Gramacho não se filia a nenhuma associação para trabalho ou venda coletiva. Um levantamento realizado com 280 catadores em 2004 (Porto, Juncá, Gonçalves e Filhote, 2004) revelou que 81 % dos trabalhadores da rampa desejavam permanecer naquela condição, apontando os rendimentos e a maior flexibilidade para a escolha do tempo de trabalho como principais fatores. Este mesmo levantamento apontou um número expressivo de pessoas que persistem há mais de vinte anos nessa atividade, a maioria tendo iniciado sua atividade de catação no aterro de Gramacho.

São pessoas que realizam a venda do material coletado de forma individual, geralmente para os sucateiros e outros atravessadores locais. Desde 1996, concomitantemente à implementação da ação social que resultou na primeira cooperativa, a COOPERGRAMACHO, a entrada e saída de catadores do aterro passou a ser controlada a partir de um cadastramento simplificado. Note-se que a intenção inicial das instituições envolvidas nos projetos de adequação do lixão de Gramacho era a interrupção da atividade de catadores na rampa, algo que não foi possível devido à resistência dos próprios catadores.

Desta forma, tem-se em Gramacho uma situação mista, com a usina de reciclagem acolhendo um pequeno número de catadores, as cooperativas acolhendo uma outra parcela restrita deste contingente total, a qual trabalha coletivamente, mas sem esteiras,

e, funcionando para todo o universo de catadores com o objetivo de limitar o número de pessoas em atividade no local e impedir a entrada de menores⁶¹.

Situada no Bairro de Brás de Pina, na Vila da Penha, na cidade do Rio de Janeiro, a COOPQUITUNGO é uma iniciativa que conta com 12 cooperativadas, todas mulheres, atuando essencialmente na coleta e comercialização de materiais coletados pela cooperativa em empresas com as quais firmou parceria, escolas, residências na vizinhança de seu galpão e em órgãos e entidades da administração pública. Estas últimas parcerias são as mais significativas atualmente e foram proporcionadas pela aplicação do Decreto Federal 5490, de 26 de outubro 2006, o qual foi rebatido no estado do Rio de Janeiro por meio do Decreto Estadual 40.645, de 8 de março de 2007. As principais entidades fornecedoras para a COOPQUITUNGO são os Correios, que seguindo a diretiva dada por esta legislação, passou a destinar seu material ao segmento, e algumas unidades da Marinha instaladas na cidade, o que representa um volume considerável de papel e plástico de alta qualidade descartado.

Esta cooperativa tem sua origem ligada à liderança comunitária de Carminha, que desenvolve a atividade sobretudo como um projeto social, tendo esta começado como uma atividade ligada à Paróquia local. O apertado galpão foi cedido pela Igreja. No início o trabalho de coleta era feito com carrinhos, os chamados “burrinhos”, pela vizinhança, que era sensibilizada quanto ao gesto de separação nas missas. Atualmente, a cooperativa tem à sua disposição um caminhão mantido pela rede catAÇÃO, iniciativa para venda coletiva apoiada pelo governo federal e pela Petrobrás.

Apesar de se auto-nomearem enquanto catadores que atuam sob os moldes do cooperativismo, e de se filiarem ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, percebe-se dificuldades de circulação de informação entre os membros, tanto quanto à contabilidade do empreendimento, quanto às outras informações concernentes às decisões sobre os fluxos de coleta e modos de trabalho. Estas informações ficam centralizadas na figura da líder comunitária, o que revela uma dinâmica de tutela para com as outras catadoras.

O sucesso econômico do empreendimento, contudo, tem apontado a necessidade de maior interlocução com outras cooperativas para além das que participam do projeto

⁶¹ As falas de Zélia e Marcelo, catadores nesta condição independente serão tomadas para análise no capítulo seguinte.

catAÇÃO, uma vez que vendas coletivas maiores, podendo incluir o fechamento de cargas para outras localidades que paguem mais pelo material, se tornam, pelo aumento da escala de materiais coletados, cada vez mais viável. Acresce-se a esta necessidade advinda do contexto produtivo, o fato da cooperativa estar ganhando contornos mais cooperativistas pelas próprias condições exigidas para o recebimento dos materiais recicláveis de órgãos públicos e entidades governamentais. Para receber os materiais de acordo com os Decretos, as cooperativas devem apresentar plano de negócios aprovado em assembléia, reuniões de conselho fiscal regulares, entre outras medidas que garantem maior horizontalidade na gestão do empreendimento.

Uma consequência do surgimento da COOPCAL, fundada por Zilda e sua família, no Complexo do Alemão, foi o fim das enchentes que assolavam algumas regiões do bairro. O trabalho de conscientização da comunidade sobre o trabalho realizado pela associação, o qual demanda, solidariamente, o correto manejo do lixo (sua disposição em local adequado e a separação para reciclagem), somado aos esforços iniciais de recolhimento do lixo da região acabou com o problema.

Sem ter tido antes contato com o trabalho da reciclagem, e morando em um antigo Galpão de fábrica abandonado, a demanda por trabalho e renda trouxe, a partir de uma idéia dada pelo filho, que havia visto um programa na TV sobre cooperativas de reciclagem, a família para o trabalho com os recicláveis.

Inicialmente a família juntou garrafas pet em sua própria casa. O resultado da venda animou a todos, o que atraiu outras pessoas desempregadas no bairro para a coleta, separação e comercialização de materiais. O processo de formalização da cooperativa iniciou em 2007, hoje contando com 15 membros.

Os membros da COOPCAL, talvez por terem relativamente a mesma origem da liderança que a constituiu, estabelecem uma relação mais horizontal que os membros da COOPQUITUNGO, compartilhando mais informações entre si. A sanção dos decretos federal e estadual, bem como o avanço do Movimento dos Catadores no Rio de Janeiro, aproximou a cooperativa de uma identificação com a categoria dos catadores da região do Rio e do Brasil, tendo seus membros passado a atuar nos fóruns correlatos. A COOPCAL aluga um caminhão e realiza coleta em prédios comerciais e residenciais da Zona Sul Carioca, além de receber material de entidades da Administração Federal.

A Associação também firmou parcerias com a rede CatAÇÃO, que é uma iniciativa apoiada pelo Governo Federal para geração de trabalho e renda através da

organização e capacitação de catadores, não contando, contudo, com um caminhão cedido exclusivamente ao grupo, com é o caso da Coopquitumgo.

A Cooperativa de Reciclagem, COOPCARMO, situada no Bairro de Jacutinga, em Mesquita, Baixada Fluminense, formada por 19 cooperados, é uma iniciativa que se começou em 1993, como um projeto de geração de renda para as famílias de baixíssima ou nenhuma renda, organizado pela Igreja Católica. O responsável pela paróquia local tomara contato com experiências análogas no Rio Grande do Sul e propôs a um grupo de mulheres, à época apenas em busca de caridade, o projeto.

Grande parte dos membros da cooperativa vivia abaixo da linha da miséria antes da iniciativa, que a qual passou por diversas fases: a inicial descrença na possibilidade de se retirar o sustento com o trabalho com o lixo, que era vivida tanto por parte das associadas com pela população local; a superação das dificuldades pessoais, coletivas e técnicas no trabalho coletivo com o lixo, que representa a superação do preconceito e a tomada de posição diante de si, dos outros enquanto trabalhadores, levando-se em conta o próprio processo de aprendizado implicado; a necessidade de ruptura com a Igreja, que inicialmente animou o grupo, mas que se revelou extremamente tutelar com o tempo, para constituir projetos autônomos, entre diversos outros.

A cooperativa funciona indo de residência em residência na cidade de Mesquita, que é o município mais novo do estado do Rio de Janeiro, resultante de um processo de emancipação enquanto distrito de Nova Iguaçu, acontecido em 1999. À época de sua criação, os moradores do bairro da Jacutinga, onde funciona a COOPCARMO, já separavam os lixos inorgânicos (secos) recicláveis para a cooperativa.

Este aspecto acabou por dar um norte político interessante ao Município, que busca atualmente ser exemplo de sustentabilidade, com programa de gestão de resíduos avançado, com a inclusão de catadores em outras iniciativas.

Atualmente, a Cooperativa vem estabelecendo parcerias com o poder público, por meio da prefeitura do município de Mesquita e com empresas como a Petrobrás a fim de implementar projetos de coleta seletiva e beneficiamento do lixo, formação e inserção de catadores de rua em atividades socioambientais. Parcerias também foram estabelecidas com escolas municipais, com o comércio e a comunidade local. O grupo também se beneficiou dos decretos federal e estadual para coleta seletiva solidária, recebendo materiais recicláveis descartados da Refinaria de Duque de Caxias, REDUC, da Petrobrás.

Observamos que apesar de serem sujeitos inicialmente imersos na exclusão, alguns puderam iniciar a percepção de si em relação às formas de necessidade produtiva e de sobrevivência a partir do fazer cooperativo que emergiu do projeto inicial. A fala da presidente da cooperativa, Hada Rubia, é rica em exemplos dos diversos estágios analisados neste estudo, trazendo insumos para discussão nas quatro grandes dimensões de análise anunciadas.

6- Construção dos catadores enquanto atores sociais e econômicos

6.1- Nomeação imbricada e o processo de autorização: com a palavra, os catadores.

“É que as pessoas, quanto mais carentes, quando vivem totalmente à margem da sociedade, não dão muita importância pra essas coisas não”. Desta maneira, Hada Rubia, presidente da *Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento de Mesquita (COOPCARMO)*, relata uma dificuldade inicial para se formalizar a organização de trabalhadoras que surgia no bairro de Jacutinga, em Mesquita, Baixada Fluminense, no ano de 1993: *“a maioria das mulheres do grupo não tinha documento, tinha gente que nem certidão de nascimento tinha (...) e muita gente não queria tirar documento...”*.

A desautorização social reservava a estas mulheres o papel passivo de simples demandantes de caridade. *“Ele (o padre) começou a perceber que a maioria das pessoas iam pra missa só pra pedir alguma coisa (...) as mulheres pediam botijão de gás, um dinheiro pra pagar a conta de luz (...) Esse padre novo veio com a idéia de fazer trabalho pra essa gente: eram mulheres fortes que podiam ganhar seu próprio sustento”*

A necessidade simbólica de nomeação destas pessoas enquanto sujeitos estava ironicamente marcada por um traço na realidade, por algo concreto: a falta de documentos, de papéis dos membros para se constituírem enquanto cooperativa, conforme demandado por lei, revelava a precariedade deste grupo enquanto sujeitos cidadãos.

“Eu cito muito o nome da Sônia, porque ela foi a última pessoa do grupo a querer tirar os documentos, ela não tinha documento nenhum. Ela me achava muito chata e me pedia para parar de falar em documentos (...) mas aí fizemos a cabeça dela e ela começou a tirar os documentos. Quando chegou o CPF dela em casa, porque ele vem pelo correio, ela chegou aqui de manhã exibindo o CPF. Chorava e eu chorava junto. Quando a gente iniciou, tínhamos um slogan muito forte: Lixo é vida (...) Isso aqui é um trabalho de resgate de vida e cidadania, principalmente de mulheres. E esse foi um resgate de nossa cidadania. Você precisava ver: a felicidade dela por ter aquele CPF a animou, tirou também a identidade e isso mexe com a auto-estima da pessoa. Ela botou dente e começou a ajeitar o cabelo. Eu lembro que chamavam a gente de

“cheirosa” no início, tirando sarro por trabalharmos com lixo, e eu falo que hoje as mulheres são cheirosas mesmo. Elas chegam aqui de manhã limpas, pintadas, com brinco, cortam o cabelo. Hoje somos empresárias, somos sócias de uma empresa. A Sônia fala com muita clareza como foi importante pra ela, inclusive ela votou pra presidente pela primeira vez nessa última eleição, ela nunca havia votado. Ela foi até a minha casa me agradecer e disse: “Hada, a minha emoção de votar... Eu tremia de alegria” e eu disse, “ tá vendo, agora você é uma cidadã, o seu voto pode mudar um município e um país”. Ela ficou muito emocionada e agradeceu ao grupo por ter um título e votar. Sentiu orgulho pela importância de ter um documento. Hoje ela tem conta na Caixa Econômica, faz o crediário dela. É emocionante. Quando conto essa história vejo o tamanho do caminho que fizemos”

Se na história destas catadoras temos a Igreja Católica e a atuação de organizações não governamentais⁶² na construção desta autorização, exercendo o que foi tratado como *função paterna* neste texto, -- tanto no que diz respeito ao barramento de uma situação passiva que parecia inevitável, quanto à inauguração de um ser com responsabilidades para com seu grupo e a própria nação --, no caso de, Sebastião Carlos dos Santos, o Tião, atual liderança entre os catadores de Jardim Gramacho e do próprio estado do Rio de Janeiro, isto se dará no contato com os movimentos sociais, em 2002.

Neste ano, Tião tem a oportunidade, a partir do contato realizado por uma ONG que desenvolvia projetos para catadores, de viajar para o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, onde toma contato, com o Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis, do qual passa a participar. *“Foi aí que eu disse, é isso que eu quero, é nisso que eu vou ficar”*. O trabalho de Tião em Gramacho passa a ter mais sentido para ele a partir deste ponto.

“Isso transformou, eu passei a conhecer pessoas de outros lugares, vi como eram as cooperativas organizadas, fui aprendendo como eles tinham organizado a papelada, comecei a pensar mais sério na questão da mobilização. E aí, em 2003, que eu falo que foi o “pulo-do-gato” da minha vida, foi quando eu conheci o IBISS⁶³. Porque eu falei que a transformação aconteceu em 2002, mas foi mais profunda em 2003, quando eu fiz um curso chamado “Jovens Lideranças”. Aí eu falei “Eu vou fazer esse curso, o jovens lideranças”. Ai eu fui aprender tudo sobre democracia, o que abriu

⁶² A COOPCARMO foi encubada pelo projeto Lixo é Vida, da OnG belga *Autre Terre*, seguindo apoiada, para manutenção de seu refeitório pela organização *Fraternité et Entraide*, também belga.

⁶³ Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social (IBISS)

a minha cabeça...” *Aí eu aprendi tudo, né? Democracia, Direito, Sufrágio Universal, um monte de coisas da sociologia e vim andando... Costumo até dizer que eu fiquei meio maluco... Porque uma coisa é quando você não sabe de seus direitos, de seu direito enquanto pessoa, outra é quando você descobre que existem direitos e mais direitos e que a coisa não funciona pra você...”*

Neste caso, temos a possibilidade de discutir a *função paterna*, neste ato de reinauguração do sujeito, como sendo exercida por outros catadores, ou seja, de forma horizontal. Os catadores autorizados, nomeados, com os quais Tião tem contato, são herdeiros dos processos de empoderamento acontecidos em São Paulo e Belo Horizonte nos anos 80 e 90, que originaram o MNCR.

O reconhecimento do trabalho pelas suas conseqüências na comunidade, percebido inicialmente com uma surpresa, é fator de resignificação do trabalho com o lixo. O exemplo da COOPCAL, no Complexo do Alemão, que inicia como uma iniciativa familiar e se estende a outras pessoas e famílias, traz falas sobre esta passagem *“Hoje eu sou reconhecida no bairro, isso aqui não alaga mais. Nós limpamos este bairro, entramos nos canais pra retirar PET, e fizemos, quando a gente passou pedindo as pessoas pra separar, acabamos fazendo uma conscientização sobre o meio ambiente. Eu mesmo, antes de ser catadora, não tinha toda essa consciência”*, diz Zilda, presidente da cooperativa.

“É um trabalho que antes era só pra mim ter o meu dinheiro, pra gente ter trabalho, e agora temos a certeza que fazemos algo pelo planeta”; *“Aqui no bairro, nós temos coleta seletiva, coisa que na Zona Sul não existe direito, só mesmo onde nós, catadores, entramos e pegamos o material. Quem faz coleta, quem recicla, hoje, é o catador. Sem catador não tem essa preservação, não tem essa consciência”*. O depoimento de Zilda revela grande identificação com a categoria dos catadores. Os representantes das cooperativas participam dos fóruns de discussão e tentam se interar continuamente dos programas de apoio existentes.

Não obstante, temos o contraponto das falas desautorizadas, de quem ainda não se constitui enquanto sujeito, seja na sociedade, seja diante do trabalho de comercialização do produto de seu trabalho, representado pela fala da Zélia, catadora individual de Gramacho, *“ porque eles falam que o lixão vai fechar. Isso aqui não fecha nunca, tem muita gente... Eu não vou pra associação porque eu trabalho do jeito que eu quiser, vendo pra quem eu quiser e tenho meu dinheiro, não tenho que dar satisfação à ninguém”* .

A declaração de descrença na perspectiva de fechamento do aterro corrobora para a tese da “plenitude” implicada no psiquismo dos estágios regredidos existentes nos sujeitos não nomeados, não atravessados por um significante social. Neste mesmo sentido, a manifestação de uma recusa em participar dos empreendimentos cooperativados dos catadores de sua região pode ser compreendida como indicativa de uma resistência à entrada dos significantes sociais compreendidos no universo de seu agir produtivo, e, de acordo com a teorização sociológica utilizada aqui, seu agir social. Esta resistência é a mesma referenciada quando se abordou o comportamento neurótico, tendente ao fetiche (Freud. 1913, 1987),

Uma outra maneira de estender a compreensão desta “exclusão” do espaço social pode ser corroborada pelo que é enunciado quando Zélia e Marcelo são instados a falar o quê pode ser feito para melhorar as coisas por lá: “*o governo tinha dar casa e emprego com renda boa*”, ou, falando sobre os catadores que se organizam no aterro de Gramacho, “*lá eles só ficam fazendo reunião*”. Estas duas falas trazem a idéia de que as resoluções, ou a ação social de fato, serão sempre promovidas por terceiros, pelos *outros autorizados* que fazem parte da sociedade. O discurso também remete a uma manifestação do “pensamento mágico” infantil, que são pensamentos que surgem no ser humano como fantasias de resolução da angústia instaurada a partir do barramento realizado pela introdução da Lei. Estes pontos são visualizáveis em “dar casa e emprego com renda boa”. Também reforçando uma posição “fora” do que há de social no contexto do trabalho, temos a desqualificação da atuação dos catadores organizados que atuam na realidade do próprio lixão: a ação realizada por eles é incompreendida ou mesmo negada, “*não serve pra nada*”.

A venda diária de sua produção a atravessadores locais, apesar dos exemplos contrários vindos das cooperativas de catadores de Gramacho, é indicadora da não constituição de uma racionalidade de meios e fins sob o ponto de vista do próprio mercado do qual estes catadores individuais participam. Existiria uma dificuldade de constituição desta mediação racional, posto que em uma situação de exclusão dos significantes sociais o desejo não se interdita, o que reduz a atuação da pessoa a uma dinâmica de busca por um gozo imediato, expresso como “*necessidade de ter dinheiro na mão todo dia*”. A ação destes catadores individuais, não sendo inserida no contexto de uma categoria, acaba por trabalhar contra esta, ou mesmo por se perder. Como consequência prática sob o ponto de vista da comercialização, o preço dos recicláveis

cai com a venda individual uma vez que o vendedor nesta condição não atinge escala para influenciar uma negociação de compra.

Neste ponto, temos uma possível reflexão sobre os “estágios de natureza”, onde o “bem comum”, tratado por Hardin (1965) e Ostrom (2001), seria o próprio conjunto dos materiais recicláveis, o qual, não se esgotando em si, teria seu valor depreciado pela atuação não coordenada entre os entes envolvidos na sua exploração. As conseqüências da não introdução do significante social, das regras comum a todos, no que tange ao bem a ser explorado, que no caso é representado pelo preço dos recicláveis, reforçam a necessidade do associativismo para melhor manejo da alocação do esforço implicado no trabalho destas pessoas.

Esta discussão, sob a perspectiva dos bens comuns, nos remete à idéia da *racionalidade dependente do contexto* (Nee e Binton apud Balestro, 2006). A fartura de recicláveis, a paradoxal “plenitude material”, na qual os catadores da rampa se encontram, dificulta o estabelecimento de uma programação racional que contemple os limites do recurso em questão. Isto se dá pela própria materialidade com que o fato se apresenta. “*Enquanto houver pessoas no mundo, não faltará lixo*”, como se tem a partir da fala de um dos gestores entrevistados, que acrescenta, “*se existe alguma coisa que todos nós produzimos, inequivocadamente, é lixo*”. A concretude do que se fala quanto ao fechamento do lixão se configura frágil. Para onde vai todo esse material? “*É pra lá que todo mundo vai acabar indo*”.

A identificação dentro de uma categoria, o que implica em uma absorção dos modos de agir da mesma, compostos por diversos dispositivos para se posicionar diante da sociedade e do próprio mercado, em especial a noção de quem é atravessador nesta cadeia, é a própria metáfora da transformação do catador enquanto ator, deixando de ser um simples elo na cadeia produtiva da reciclagem. A imagem de simples “elos” é associável aos catadores individuais. Contudo, há que se observar que a sustentação da outra posição, aquela autorizada, portadora de um nome “catador”, que quer dizer muito além de “alguém que cata materiais e vende”, precisa ser alimentada no plano concreto dos indivíduos. Isto, para se dar de forma inclusiva, conforme se discutiu ao se criticar a posição “por um outro mundo” presente nos discursos da economia solidária, tem que se dar no plano da remuneração financeira destes trabalhadores.

Neste sentido, é interessante perceber que o depoimento de Zilda, da COOPCAL, se dá com a persistência de alternações entre um grande ânimo pelo significado que o trabalho representa para sua vida e para sua comunidade, assim como

o potencial que ela visualiza para os empreendimentos, e angústia pelas dificuldades então enfrentadas para gestar o empreendimento.

Em janeiro de 2010, a discussão que se dava na COOPCAL era tomar ou não um empréstimo para a compra de um caminhão usado, e a conta estava difícil de ser feita. *“Não sei. O que eu preciso agora é de um caminhão, senão a gente não vai poder continuar”*. O ânimo para a mobilização do grupo pela parte de Zilda parecia estar “por um triz”. Contudo, entra aí uma perspectiva interessante: ao mesmo passo em que Zilda manifestava sua tristeza pela dificuldade de se trabalhar em rede com as outras cooperativas, uma movimentação pessoal se deixava entrever, denotando seu apego à categoria, que, naquele contexto, parecia funcionar como um contraponto para o problema “circunstancial”.

Nas mesmas semanas em que havia dado sua entrevista, expondo a história positiva da cooperativa e as grandes dificuldades do empreendimento, Zilda esteve presente, voluntariamente, em duas reuniões para discussão do programa “Catadores em Movimento”, iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro para fomentar a mobilização dos catadores na região.

Com isso, acredita-se ter um indicativo de que o pertencimento à categoria tem um papel precípuo para sustentar o empreendimento nos momentos de dificuldade que o mesmo vivência. Esta mesma condição é trazida por Hada Rubia, da COOPCARMO ao dizer *“tem que ter sempre alguém que lembre a história do grupo, porque senão todo mundo desanima e no primeiro obstáculo desiste, o grupo de desune”*.

Esta interdependência é trazida também por Gordinho, da COOPERCAMJG, ao falar especificamente do elo entretido pelas lideranças, pelos eventos, durante as crises de queda de preços e rendimentos vivenciados durante a crise de 2008, que fez com que o preço dos recicláveis despencasse: *“muita gente quis desistir, mas é nessas horas que a liderança chama pra conversa, fala do que vai ser feito, e começa a falar do futuro. Mas não é fácil não, porque vai que não acontece de melhorar, né?”*

6.1.1- A nomeação parcial

Os processos de nomeação, por vezes, se dão de forma parcial, onde a posição renovada do catador na sociedade é mal compreendida pelas lideranças, ou mesmo pelo grupo como um todo.

Na história da COOPCARMO, um movimento de distanciamento com as figuras nomeadoras iniciais foi fundamental para que o grupo adquirisse autonomia. *“Por muito tempo, tudo passava pela mão do padre”*, diz Hada Rubia, da COOPCARMO. *“Um dia o presidente de uma ONG belga, a Entraide et Fraternité, veio aqui para falar com a gente. Quando ele falou sobre autonomia, eu nem sabia o que era isso. Ninguém sabia. Para mim era pagar o INSS como autônomo, o que já era muito pra nós, que vínhamos de nem ter documentos muitas de nós, e ele explicou que era a gente conseguir levar adiante nosso negócio por nós mesmas”*.

Este era um desconforto que já tinha se manifestado no grupo, anteriormente, o fato de o Padre tomar todas as decisões por elas: *“E era um pouco assim mesmo: quando você assustava, já chegava ele com as idéias dele, do jeito dele e aí a gente falou não! Pera aí padre, tá na hora da gente rever essa situação. Nós é que trabalhamos no sol, na lama, na chuva e a gente é que quer levar adiante nosso próprio negócio, pelo menos se inteirar do que está acontecendo e não ele vir vindo com aquela carga pra cima da gente, pegando a gente de surpresa”*.

Esta posição de tutela remetia os catadores da COOPCARMO a uma situação melhor que o completo estado de desamparo anteriormente existente, certamente, mas com sérias limitações quanto à sua subjetivação cidadã. A interrupção da relação com o Padre naqueles termos ficou sendo o desafio para que o grupo se constituísse com a força que tem hoje. Este processo remete à própria lógica estruturante do sujeito, presente no conflito edipiano, um momento que é carregado de angústia inevitavelmente. A razão desta angústia é trazida de forma clara: *“Ele sempre foi muito honesto com a gente. Mas ainda dependia dele depositar o dinheiro na conta, fazer pagamento. Ele ficou tão aborrecido com a gente que disse “Hada Rúbia, agora vocês vão se virar com o pagamento de vocês, com o cheque”*. Na época a gente ficou muito assustada, pensando se ia conseguir, com medo mesmo... mas consegue, vimos que a gente sempre consegue. Aliás, eu tenho, nós temos que nos lembrar disso sempre... Aí um dos compradores de material abriu uma conta no banco, foi lá conversou com o gerente e me apresentou e abrimos no Banco Itaú, na época, no meu nome”.

Uma compreensão sobre a angústia enfrentada pelo grupo na sua resolução pode ser esboçada. Em termos psíquicos, o sucesso em um agir, de uma maneira geral, impede o indivíduo de continuar a se reconhecer no Outro. Este ato, de uma certa maneira, isola este sujeito, colocando-o em um outro ponto, em um lugar à frente, talvez, mas, sobretudo, um outro lugar: o seu lugar.

Desta forma, a autoria de um gesto, o autorizar-se em uma ação inscrita no significante coletivo ou individual, como pode ser entendida a formulação personalizada pelo grupo de sua própria maneira de comercializar os materiais trabalhados; das modalidades de rateio da remuneração obtida, ou, trazendo para um plano do trabalho humano, o processo de criação implicado em qualquer trabalho que se revela autoral, interrompe a condição de direta identificação do sujeito com o Outro, ou os outros, e demanda que a pessoa aceite o acaso e o inesperado.

Isto impõe uma responsabilidade a ser internalizada pelo sujeito e, no caso, pelo próprio grupo. *“Agora era nosso o negócio, era nossa a vida, um alívio, mas um medo, tudo misturado”*. Trata-se da própria angústia vivenciada pelo sujeito barrado (Lacan, 1973). Este mesmo sujeito, a partir de agora, também barra, aprende a dizer não, tomando a palavra quando for o caso, para fazer de seu gesto algo, de fato, seu.

Uma experiência que ainda revela traços desta posição tutelar é a COOPQUITUNGO, liderada pela Carminha. A cooperativa tem servido de espaço de trabalho para pessoas muito humildes, contudo sem estar implicando no empoderamento potencial que uma iniciativa cooperada pode propiciar aos seus membros, especialmente no que diz respeito ao sentimento de ser *“mais um dono do empreendimento”*. Em seu depoimento, ainda que de forma carinhosa, Carminha fala sempre “delas” ao se referir às colegas no empreendimento, não utilizando o “nós”, para se referir ao trabalho é feito ali.

As demais cooperadas não se apresentaram muito interadas quanto à contabilidade do empreendimento, quanto aos fluxos e as prioridades a serem tomadas pelo empreendimento. Quanto perguntadas sobre detalhes da cooperativa, a resposta repetida era *“Isso é com a Carminha”*. Além dela, apenas uma outra cooperada se envolve nos assuntos de representação. *“É muito difícil fazê-las se interessar”*, diz Carminha. *“Eu tento, mas elas não se interessam muito. O mais difícil é fazer todo mundo participar”*.

Tomando-se este interesse expressado pela liderança da COOPQUITUNGO, talvez tenhamos que buscar em outros pontos que expliquem a diferença que se estabelece entre ela e os outros cooperados. A origem social de Carminha é diferente, sendo ela mais instruída e com rendimentos familiares superiores, de forma que ela toma o trabalho como uma ação comunitária e social, a qual tem origem em sua atuação na Igreja Católica local. Não pertencendo ao mesmo estrato social e cultural das outras

cooperadas, tem-se uma indicação do porquê desta relação se dar de forma ainda verticalizada.

6.1.2 –*Decretos nomeadores e ação socioeconômica*

A conformação do trabalho na COOPQUITUNGO, contudo, parece estar sendo transformada com as regras impostas às cooperativas para o recebimento dos materiais descartados pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta Federais e Estaduais, determinadas pelo Decreto Federal 5490/06 e sua versão Estadual, o Decreto 40.645/07.

Atualmente, a principal fonte de materiais desta cooperativa são estes dispositivos jurídicos que *“são bem taxativos, se a cooperativa não estiver dentro daqueles requisitos, eles sempre criam um problema. E graças a Deus a gente não tem tido esse tipo de problema. Estamos vivendo o melhor momento de nossas vidas, muitos cooperados chegaram a receber agora 800 reais por mês. No início não saíamos dos 110 reais, com a coleta do burrinho”*

Esta necessidade de se adequar ao decreto impõe uma maior comunicação entre os membros. Isto se operacionaliza pela necessidade, expressa no texto de tais regulações, de que as cooperativas e associações apresentem regularmente atas de reuniões onde se evidencie a discussão coletiva sobre o manejo dos materiais disponibilizados a serem comercializados. Também, por meio de tais instrumentos, se teria o oportuno fortalecimento da identificação do grupo enquanto catadores, o que promove a introjeção das regras comuns à categoria neste empreendimento específico: *“Aqui na cooperativa somos catadores. Tem outras que compram o material de catadores, mas nós, graças a Deus, nunca precisamos fazer isso. A gente cumpre o que está dentro do decreto.”*

No entanto, sob o ponto de vista de conferir uma maior unidade ao grupo e maior autorização de seus membros, a maior transformação se daria por conta do maior contato com outros cidadãos, os quais autorizam as cooperadas da COOPQUITUNGO. *“Você precisa ver o orgulho que cresceu com o Decreto. Porque agora é assim: uma sai dizendo, ‘hoje eu trabalho lá nos Correios’, ‘hoje eu vou para o Hospital do Exército’. Lá, no Exército, por exemplo, nós somos tratadas com muito respeito, o pessoal já separa tudo, e ajudam a carregar o caminhão. Tudo certinho. Um dia desses*

meu caminhão quebrou lá e eu fiquei preocupada. Daí veio um coronel falar diretamente comigo, e eu assustada. Mas ele falou com muito respeito e pediu para que os outros ajudassem a resolver o problema. Isso nos enche de alegria, ver que somos vistas como trabalhadoras. Daí que agora é uma disputa para ver quem vai ir coletar nesses lugares do decreto”.

Estes aspectos remetem à noção expressa por Kehl (2000b) sobre a introdução de uma diretriz legal, uma Lei que funda os indivíduos ao mesmo passo em que os funda no encontro que ocorre entre estes. Se no texto de Kehl temos uma perspectiva abstrata quanto ao processo de civilização interna dos sujeitos a partir dos grupos, aqui temos a operacionalização concreta, expressa nos Diários Oficiais, que se intercomunica com esta operação.

A concretude do ato jurídico representado por tais dispositivos legais, remetem a noção do grande Outro lacaniano, a Lei em maiúscula.

6.2 - Construção da ação coletiva

Para se introduzir os aspectos implicados na construção deste ser que se insere na sociedade a partir de seu trabalho coletivo, autorizando-se enquanto ator econômico e social, traz-se a fala de Sebastião Carlos dos Santos, o Tião, da COOPERCAMJG, sobre o trabalho individual e o trabalho coletivo.

“A diferença tá primeiro no trabalho. Uma coisa é eu trabalhar sozinho, outra coisa é eu trabalhar coletivamente, de forma solidária.(...) Você sabe que o trabalho do catador, seja ele dentro do aterro, que dá cerca de 2000 pessoas, que é o caso de Gramacho, seja ele na rua, ele é solitário... é um trabalho individual. E o trabalho dentro de uma cooperativa, dentro de uma associação é um trabalho coletivo, é mais humanizado(...) O trabalho não passa a ser mais uma questão de sanar a sua fome, mas uma afirmação enquanto cidadão, enquanto uma pessoa pertencente a esta sociedade, entendeu? Não é um trabalho onde eu faço só para me manter, mas um trabalho onde eu tenho meu reconhecimento, onde eu tenho o meu valor explícito, que é a forma organizada”.

Na conformação deste ator econômico e social, temos uma ênfase da fala de Tião quanto ao lado social e psíquico implicado na ação coletiva resultante destes empreendimentos. Esta ação coletiva é trazida como determinante dos significados atribuíveis ao trabalho do catador.

Coerentemente ao desenvolvido neste estudo, o trabalho toma uma dimensão existencial estruturante para além do gesto de “catar e vender”, realizado por todos catadores, e é vivenciado como ato participante da construção do próprio sujeito enquanto tal. Esta operação se materializa no reconhecimento de si diante de um semelhante, de um outro, de um colega que realiza o trabalho de triagem conjuntamente, que compartilha o mesmo espaço físico para o conjunto de atividades necessárias ao funcionamento do negócio e que, de forma direta, tem poder de influir no resultado financeiro auferido para todos os membros do empreendimento coletivo.

A referência direta ao pertencimento à sociedade explicitada por Tião advém de sua experiência pessoal, na qual a passagem pela vivência de trabalho cooperativada modifica sua percepção sobre o trabalho realizado pelos membros de sua família, assim como a atividade engendrada por ele mesmo.

“Como eu falei, quando eu tinha dezesseis anos e trabalhei de outras formas, eu não tinha noção do trabalho, eu não sentia estar fazendo nada, e sempre dizia pra minha mãe... ‘eu odeio essa coisa que eu faço, então eu não vou fazer isso’ (...). Como eu falei, eu sou sétimo filho, de oito. Então, nessa época, meu trabalho não fazia sentido, não havia orgulho nenhum. Meus irmãos ainda não, mas principalmente eu, como eu insistia em querer estudar, eu passava um monte preconceito no colégio, como ir para o horário do recreio, voltar e estar escrito no quadro ‘fulana, você namora o Tião, o filho da catadora de lixo etc etc...’. Por tudo isso eu passei”

Ao relatar “*não sentir estar fazendo nada*”, Tião faz referência direta a não inscrição de seu gesto no *significante social* (Moro, 2004), retomando deste modo, um dos sentidos da frase anunciada na introdução deste estudo: o ser não nomeado não realizará ação alguma. Tião o faz associando este ponto ao fato de seu trabalho não ser remunerado corretamente, não ser reconhecido enquanto sujeito. É a própria manifestação da subjetivação necessária para a constituição de uma ação econômica, entendida como uma ação social nos termos da nova sociologia econômica.

Neste ponto, surge o questionamento sobre o nome dado ao ato realizado pelo catador, que, como veremos, passa a ser “catar materiais recicláveis”, em substituição a “catar lixo”. Isto possibilita confirmar que a modificação do léxico associado à atividade compre um papel autorizador do sujeito, bem como do produto do trabalho deste sujeito diante do mercado e da sociedade: um outro papel. Estes processos se dão de forma interdependente e indissociável: “*Quando eu passei a trabalhar da forma organizada, eu já não me via como catador de lixo, eu já era um catador de materiais*

recicláveis e comecei a receber dos colegas e da associação o valor por este trabalho, e solitário na rua ou no lixão, você não tem esse conhecimento. Você se vê sozinho fazendo um trabalho que não é valorizado, porque te exploram, porque não te reconhecem, não te pagam. Seu produto não vale nada. Te roubam todo dia e você nem sabe. Então, a forma do catador se reconhecer enquanto trabalhador, enquanto pessoa pertencente a uma classe, e como cidadão principalmente, pra dizer e sentir 'eu faço parte da sociedade, independente da tal inclusão social', é você trabalhar coletivamente, de forma organizada, tanto para reivindicar os seus direitos com para buscar o teu valor com pessoa. De outra forma você não consegue, não existe isso”.

Aprofundando a noção do trabalho enquanto instância de reafirmação do sujeito, Tião traz uma imagem importante para também se discutir e trabalhar o conceito de *construção social de mercado*, operacionalizado pelos autores da Nova Sociologia Econômica (Fligstein, 2002, Granovetter, 1992), que discutem como as estruturas sociais influenciam o resultado econômico. Para uma consideração nestes termos, tome-se-se um dado principal: o lixo só tem valor, só é produto comercializável, quando reciclado.

No contexto do mercado de recicláveis no Brasil, pode-se dizer que não há reciclagem sem catador, seja ele organizado ou não. O trabalho de triagem do material é, via de regra, feito manualmente.

Esta resignificação do valor atribuído ao lixo na cultura tem grande participação do catador. Este, ao dar valor ao lixo por meio de seu trabalho, acaba por renomeá-lo, alimentando o próprio processo de resignificação positiva de sua atividade laboral. Esta atuação se inscreve na discussão realizada neste estudo sobre a reedição do pacto-civilizatório que é possibilitado por uma experiência que força o reconhecimento e a inscrição na cultura de um grupo marginal, o qual passa a ser reconhecido pela maioria, pela sociedade (Kehl, 2000a).

Estas perspectivas, da mesma forma que reinterpretam a ação social em suas modalidades econômicas, em lugar de considerar que os produtores e consumidores se orientam por motivos exclusivamente econômicos, reconhecem que existem mudanças na esfera cultural dos mesmos e que estas têm impacto na forma na qual que os mesmos consomem e produzem serviços, produtos etc.

Este “catador de material reciclável” é resultado de um processo de subjetivação que o autoriza a modificar as regras do mercado da reciclagem possibilitando sua ação junto aos demais atores. Neste contexto, uma materialização da força existente na identificação de um contingente significativo de pessoas enquanto pertencente a uma

categoria ampla reside na possibilidade de que este grupo estabeleça logísticas de comercialização coletiva e na possibilidade de se ter uma escala de produção competitiva. Para isso, o fator confiança entre os membros deste grupo, e, posteriormente, entre os outros grupos de catadores avizinados, tem um papel fundamental.

Se um dos desafios para a consolidação de um grupo está justamente na passagem de um estado ação individual para um estado de ação coletiva, uma abordagem interessante sobre a construção da confiança resultante e condição desta passagem está presente na fala de Gordinho, representante da COOPERCAMJG. Ela confirma a interdependência desta construção com os resultados econômicos, e confirma a percepção de que sem a unidade não há confiança, não há identificação entre os membros, sem o que também são dificultadas as melhorias das condições de trabalho ou da remuneração financeira, e vice-versa: *“Então esse é o maior desafio: ter a confiança do catador e passar a confiança como sendo algo importante pro bolso deles, que só conversa não convence...eles tem que aprender que isso é importante, e isso só vendo o resultado. Hoje eles sabem que foi a representação deles, a união deles que trouxe o galpão, o caminhão(...) o desafio é esse: passar de um grupo em formação, para um grupo formado, com equipe formada e capacitada, com diretoria eleita, tudo bonitinho...”*

Seguindo esta linha que contempla a noção de interdependência quanto aos resultados econômicos para a sustentabilidade dos processos de constituição da racionalidade econômica destes sujeitos, um ponto da entrevista realizada com Tião permite que se faça uma reflexão sobre a pessoa individualista, regredida psiquicamente no que tange ao seu manejo das Leis sociais abordado no capítulo 2, quando se discutiu, sob o olhar da psicanálise, o sujeito contido nas formulações de Olson(1965) e Hardin(1968), o qual foi colocado em contraposição ao *sujeito-barrado* laciano, ao *sujeito social*, visualizado nas configurações coletivas compreendidas por Elinor Ostrom (2001):

“Organizar por organizar não vale nada, ter CNPJ, ter licença, ter isso e aquilo e não ter o retorno, ninguém vai achar que vale a pena se organizar, Não vai ter o entendimento do coletivo para o trabalho. Ontem mesmo eu tive que dar uma chamada em um dos cooperados, que é muito individualista. Eu disse, que se ele não ajudasse, ninguém o ajudaria, que seria assim: ordem da liderança. Porque na cooperativa, todo

mundo tem que se ajudar. Porque tem a produção individual, mas a venda é coletiva, os trabalhos coletivos”..

O tamanho do grupo, relativamente grande, permitiria o surgimento de tais comportamentos oportunistas, de acordo com Olson (1965), fato que dificultaria ao mesmo atingir os objetivos coletivos. Contudo, em um contexto em que a escala de produção é diretamente proporcional ao ganho auferido pelos membros do empreendimento, esta tensão é inevitável. Não se pode prescindir de ter um grupo grande de trabalhadores que fornecem material para a venda coletiva, o que impõe maior investimento e responsabilidade da coletividade e das representações dentre os membros.

Mesmo em grupos menores, a ação coletiva enfrenta barreiras para o rompimento do individualismo, o que pode ser relacionável às dificuldades para o manejo de regras coletivas. Neste caso, ele é compreendido a partir origem dos membros de tais associações. Hada Rubia, da COOPCARMO, ao se referenciar aos novos grupos que surgem na região de Mesquita diz que *“eles tem uma associação agora, que a prefeitura está tentando formar, mas mesmo não sendo esses catadores que trabalhavam na rua, é difícil conscientizar de que tem que trabalhar junto. As pessoas mais humildes são muito desconfiadas, como eu te falei quando nós daqui da nossa cooperativa começamos.”*

Realizando um cruzamento entre a questão da origem e da trajetória de vida dos catadores nos empreendimentos coletivos e a necessidade de maior investimento e vigilância das lideranças no início do empreendimento, Tião (da COOPERCAMJG) aponta dimensões sobre o aprendizado, a circulação de informações e a consolidação da confiança como um processo: *“hoje eu vejo a Alessandra, da COOPERJARDIM, passar por um momento que eu já passei (...) que é o pessoal falar dos 15%, que está roubando, não ter confiança, e isso tudo faz parte do crescimento da própria cooperativa. Ora,,eu acho que a primeira coisa que nos une é a necessidade de estar trabalhando junto, mas só isso não adianta, pois começam as questões...’Vamos trabalhar juntos? Então tá...’ Mas trabalhar junto tem despesa de caminhão, tem obra de isso e aquilo, tem que pagar contas de tudo,de luz, de tudo, e o catador não tem confiança, pois sempre foi um sujeito muito explorado e muito esquecido. Então ele sempre tem uma visão de que você quer tirar algo dele, ganhar alguma coisa dele, isso independente da cooperativa, isso acontece em qualquer cooperativa: todo princípio de*

cooperativa de catadores é igual, e essa é a pior parte. Se conseguir atravessar, passar por este primeiro momento e amadurecer. Vai embora”.

O aprendizado decorrente da trajetória de constituição de tais associações possibilita o surgimento deste sentimento otimista quanto à capacidade de enfrentar as dificuldades que venham a surgir para os grupos. Esta aposta é depositada na própria percepção de grupo, de unidade, que se consolida com o tempo. A fala de *Ostrom* (2001) quanto ao estabelecimento de regras coletivas decorrentes do manejo de bens comuns corrobora este panorama.

Nestes termos também, a ação coletiva passa então a suplantar a orfandade simbólica intrínseca à histórica de muitas destas pessoas “*erigindo um pai simbólico, na forma de uma lei justa, que contemple a necessidade de todos e não a voracidade de alguns*” (Kehl, 2003, p.1073), que a ilusão da abundância propicia.

Será, pois, a frátria constituída entre os catadores e pelos catadores que passará a realizar a função paterna no contexto dos empreendimentos coletivos, tanto em sua capacidade de barramento e controle dos atos de seus membros, ou, de maneira propositiva, em seu poder de designar, com autonomia e desejo próprio, os lugares onde passarão a exercer seus direitos. Trata-se da construção de projetos coletivos internos e externos ao grupo, da tomada em carga de demandas sociais amplas junto ao Poder Público e a iniciativa privada, do maior controle do produto decorrente de seu trabalho, do desenvolvimento de um olhar estratégico quanto ao mercado dos recicláveis: “*quem tem que gostar de nós, aliás, quem gosta mesmo de nós somos nós mesmos*”, finaliza Tião.

7- Considerações finais.

Muito do que foi argumentado ou trazido para fins deste estudo se situa no limite paradoxal entre a idéia de uma trajetória determinada para se alcançar um objetivo ou estágio e a desconstrução desta mesma idéia. Fala-se em resoluções psíquicas, em passagens para outros estágios de ação coletiva, ao mesmo passo em que tais processos são tomados em seu caráter de resignificação, de reciclagem.

Exemplos desta dualidade estão presentes neste texto de forma constante, como quando foram feitas analogias entre a teorização psicanalítica e econômica clássicas, que carregam em seu traçado genético marcas deterministas. Ou, como contraponto, quando se trabalhou os conceitos regionalizados de desenvolvimento presentes nas teorizações mais recentes das ciências sociais, ou bem se tratou da *nomeação* em estágios posteriores à estruturação primária do sujeito, na discussão sobre identificação e *autorização*.

Este mesmo limite tenso presente no contexto de discussão deste estudo, que reafirma a inexistência de uma trajetória obrigatória de desenvolvimento dos indivíduos, e a inexistência uma maneira “correta” para conformação de suas ações coletivas, provoca um contínuo balançar das percepções sobre os fenômenos. Isto, em um contexto interdisciplinar, pode ser confundido como um fator complicador para a construção de um objetivo de análise.

Um caminho para se lidar com esta tensão, contudo, é se assumir que as histórias dos catadores estudados, tanto no que diz respeito à atividade levada a cabo por meio de suas associações, bem como no que diz respeito à sua história e trajetória de organização, têm algo de comum.

Este “ter algo em comum” não supõe um enfoque sobre os fenômenos no que diz respeito ao fato dos mesmos se apresentarem ou não nas diferentes situações, nem tampouco uma verificação sobre a ocorrência dos mesmos de uma determinada maneira ou de outra, quando acontecem: a descontinuidade e a não-linearidade das trajetórias são palpáveis nas situações observadas, como se pode perceber na análise das iniciativas consideradas.

Em verdade, esta dita unidade, ou comunalidade apontada para uma análise, pode ser, ao fim e ao cabo, dada pela percepção da condição existencial presente em cada um dos trabalhadores, nomeados, autorizados, ou não.

Esta percepção direciona o próprio desafio metodológico que permeou a análise realizada nesta dissertação. Enquanto estudo de caráter exploratório, busca-se chegar a uma maneira didática de se integrar uma narrativa analítica que problematize, com maior amplitude, a trajetória das pessoas.

Propõe-se, deste modo, o desenvolvimento de um campo de análise que aprofunde as explicações sobre as ações desenvolvidas pelo homem a partir de uma melhor consideração sobre a trajetória dos indivíduos e dos grupos. Neste sentido, esta trajetória deve partir da organização interna fundamental do sujeito para contemplar a relação deste mesmo processo com a *ação social e econômica* implicada em seu trabalho, de forma complementar e interdependente.

Tornar-se um sujeito, um ser *nomeado e autorizado* diante do mercado, este entendido como uma parte integrante e conformadora das outras diversas variáveis sociais resultantes do agir humano, não é algo dado, como indicado na introdução desta dissertação.

Ao se contemplar os cenários das atividades realizadas pelos catadores acompanhados para a elaboração da presente reflexão, tem-se a visão do próprio trânsito entre a inclusão e a exclusão realizado pelo homem em seu percurso de constituição enquanto sujeito sob o ponto de vista de seu psiquismo. Todos nós, de sujeitos não constituídos enquanto tais, recebemos um nome que nos indica pertencimento a um conjunto humano, o qual introduz os limites e as maneiras de nosso agir. Esta é a maneira pela qual se inaugura a experiência social humana que definirá o possível investimento do indivíduo em seus gestos, os quais devem, para se configurem válidos e conseqüentes, ser reconhecidos pela maioria, pelos outros e pelo Outro.

Refinando esta explicação, ao se adotar uma visão ampliada da trajetória dos indivíduos por meio da utilização de um ferramental interpretativo do psiquismo humano, permite-se a delineação de um esquema analítico, de um modo de se observar e interpretar a ação social e econômica que inclui uma consideração importante sobre o processo de construção da *racionalidade econômica* deste agente.

Da mesma forma, esta análise ampliada aplicada a interpretações da ação econômica e social permite que se aborde, de maneira especial, este “algo em comum” às histórias de qualquer empreendimento ou aventura, que é o próprio homem em sua

condição existencial, comportando suas fases de desenvolvimento, seus recalques, angústias e, sobretudo, o seu desejo, motor de sua ação. Esta é a própria força da interdisciplinaridade.

No contexto de um estudo exploratório, a constatação dos limites enfrentados para o trabalho analítico deve ser exposta com vistas a sua utilização como ferramenta para futuras análises, compondo a construção ou adaptação de metodologias específicas, ou contribuindo para a geração de hipóteses.

Neste sentido, percebe-se que um referencial teórico avizinjado, mais específico sobre *redes sociais*, teria sido de interessante utilização para se aprofundar nas dimensões sobre a morfologia das interações entre os grupos. Entende-se que se poderia visualizar melhor, a partir de uma comparação inter-grupos e uma consideração das relações estabelecidas entre estes mesmos grupos, as conseqüências de um maior ou menor investimento em uma nova identidade.

A fragilidade dos contatos entre os grupos estudados no contexto desta análise impossibilitou a consolidação desta trajetória interpretativa. Um momento posterior deste mesmo segmento na região poderá indicar outra configuração, assim como podem ser feitas tais discussões tomando-se localidades onde o enfoque prevalente sobre as redes sociais já se apresenta possível.

Neste contexto das limitações enfrentadas para o trabalho analítico, percebe-se também que teria sido interessante que mais catadores dentro de um mesmo empreendimento, bem como mais catadores individuais, desassociados, fossem entrevistados. Possíveis réplicas deste estudo poderão assim trabalhar uma análise mais rigorosa do discurso do catador individual, seja a partir do ponto de vista de uma análise sobre redes sociais, seja para aprofundar a compreensão sobre os processos de resignificação social aqui tratados.

Uma avenida de pesquisa a ser percorrida relaciona-se a uma verificação aprofundada sobre o caráter facilitador ou mediador do processo de construção do sujeito autorizado para a construção da ação coletiva. Uma réplica deste estudo encontrará explicações diferenciadas quanto aos processos de *autorização*, sem passar necessariamente pela resignificação identitária designada pelo processo descrito aqui como *nomeação*, ou *nomeação imbricada*.

Para concluir, retoma-se um ponto específico resultante e fundante desta dissertação: em uma análise entre o que está envolvido no investimento realizado por um ser humano em uma identidade autorizada e a assunção de um nome que situa este

indivíduo em um outro lugar nos contextos psíquicos e sociais, tem-se a possibilidade de abordar um aspecto tão simples quanto importante percebido por este pesquisador no contato com a experiência dos catadores de materiais recicláveis: desenvolver ferramentas específicas para incluir, com maior profundidade, as dinâmicas e trajetórias do ser humano tradicionalmente excluído na análises sócio econômicas é fundamental para reflexões que buscam abarcar o conjunto real da sociedade. A reflexão aqui realizada entende que o campo de análise deve se expandir.

Para isso, o ponto de partida deve ser anterior, antes do nome.

Os catadores, ao se reciclarem, nos autorizaram a fazê-lo.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. **Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais.** *Tempo Social*, v. 16, n. 2. São Paulo. 2005.

ABREU, Maria de Fátima. **Do lixo a cidadania: estratégias para a ação.** Brasília: UNICEF/Caixa Econômica Federal, 2001.

ALBAGLI, Sarita e MACIEL, Maria Lúcia. **Capital social e empreendedorismo local: Proposição de Políticas para a Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro, Pequenas e Médias Empresas: Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais-** UFRJ, 2002.

ANDRÉ, Jacques. **La sexualité féminine-** Que sais-je ? Paris : Presses Univ. de France, 2004.

ASSOUN, Paul-Laurent. **Lacan**, Que-sais je? Paris : Presses Univ. de France, 2003

BERGERET , Jean. **A personalidade Normal e Patológica.** Porto alegre: Artmed, 1998.

BAERT, Patrick. **Social theory in the twentieth century.** Cambridge: Polity Press. 1998.

BALESTRO, Moisés Villamil. **Capital Social, aprendizado e inovação: um estudo comparativo entre redes de inovação na indústria de petróleo e gás no Brasil e Canadá** - Tese de Doutorado em Ciências Sociais - CEPPAC- Centro de Estudos Comparados sobre as Américas- Instituto de Ciências Sociais- Universidade de Brasília, 2006.

BENVENISTE, Émile. **O Vocabulário das Instituições Indo-Européias Vol. I.** São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.

BOBBIO, Norberto, **Dicionário de Política**, Vol. 2, 13^a edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

BURITY, Joanildo. **Psicanálise, identificação e a Formação de Atores Coletivos.** Relatório de Pesquisa. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, *mimeo*, 1997.

BURT, Roland. *Structural holes versus network closure as social capital* in **Social Capital: theory and research** edited. by Lin, Naren et al., Aldine De Gruyter. New York, 2001

CARVALHO, Ricardo A.; TRAJANO, Ana- **Economia Solidária e Processos Psicossociais: autogestão, autonomia e solidariedade em construção.** IN. VIII Congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais. Coimbra, 2004

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999

CASTRO, F.B. **Diversificação de produtos e competitividade: o caso de uma pequena indústria de autogestão.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE/UFRJ 2003

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993

CONWAY, Jeremiah P. **The retreat from history: A marxist analysis of Freud.** Studies in East European Thought 25 (2). 1983

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

EID, F.; DAKUZAKU, R. Y. & GALLO, A. R. **Organização cooperativista popular como alternativa à precarização do trabalho,** In Encontro Nacional De Engenharia De Produção. São Paulo, 2000.

ENRIQUEZ, Eugène,- . **Voies et impasse de la société occidentale,** Nouvelle revue de psychosociologie n^o 3, p. 23-40. Paris : Érès, 2007.

ENRIQUEZ, Eugène **Da Horda ao Estado.** *Psicanálise do Vínculo Social.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. Ferreira, Vera Rita de Mello: **Psicanálise e psicologia econômica: a possibilidade de um diálogo / Psychoanalysis and economic psychology: towards dialog,** Pulsional Revista de psicanálise n^o 18: 24-32, março, 2005.

FREUND, Sigmund (1901). **A psicopatologia da vida cotidiana e outros trabalhos.** In J. Strachey (Ed.), Edição standard brasileira da obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____.(1905) Três **Ensaio sobre a teoria da sexualidade**. In J. Strachey (Ed.), Edição standard brasileira da obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1912b). **A dinâmica da transferência**. In J. Strachey (Ed.), Edição standard brasileira da obras psicológicas completas de Sigmund Freud .Vol. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1987

_____. (1913). **Totem e tabu**. In J. Strachey (Ed.), Edição standard brasileira da obras psicológicas completas de Sigmund Freud .Vol. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1987

_____. (1914). **Sobre o narcisismo: uma introdução Totem e tabu**. In J. Strachey (Ed.), Edição standard brasileira da obras psicológicas completas de Sigmund Freud .Vol. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1987

_____. (1921). **Psicologia de grupo e análise do ego**. In J. Strachey (Ed.), Edição standard brasileira da obras psicológicas completas de Sigmund Freud .Vol. 28. Rio de Janeiro: Imago, 1996

_____. (1923) **O Eu e o Isso**. In J. Strachey (Ed.), Edição standard brasileira da obras psicológicas completas de Sigmund Freud .Vol. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996

FLIGSTEIN, Neil, CHOO, Jennifer, **Law and Corporate Governance**. Institute for Research on Labor and Employment. Institute for Research on Labor and Employment Working Paper Series. Paper iirwps-114-05, Março de 2005.

FLIGSTEIN, Neil **The Architecture of markets. An economic sociology of twenty-first-century capitalist societies**. Oxford: Princeton University Press, 2002.

FRANCO, Augusto de. **Porque Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Brasília: Ed. Millennium, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

GONÇALVES, Pólita. **A Reciclagem dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A e FASE, 2003.

GONÇALVES, Pólita, CAMPOS, Heliana. K.: **Relatório de Implementação Nacional do Decreto 5940**: Comitê Interministerial para Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília, setembro de

2007.

GRANOVETTER, Mark. **Economic institutions as social constructions: a framework for analysis**, Acta Sociologica, 35, p. 3-11, 1992

_____. **The impact of social structure on economic outcomes**. Journal of Economic Perspectives, v.19,n.1, p.33-50, 2005.

_____. **Economic institutions as social constructions: a framework for analysis**, Acta Sociologica, 35, p. 3-11, 1992

_____.**Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. American Journal of Sociology, Chicago, v. 91, n.3, p. 481-510, nov. 1985.

_____. **The strength of weak ties**. American Journal of Sociology, Chicago, v. 78, p. 1360-1380, 1973. 365

GEERTZ, Clifford (1978)- **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura.**”- In, A interpretação das culturas. Zahar, Rio de Janeiro-

GRINBERG, Elisabeth; TUSZEL, Luciana; GOLDFARB, Yamila. **Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Inclusão Social:** Estudo de caso sobre as Cooperativas das Centrais de Triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária da Cidade de São Paulo. Disponível em www.polis.org.br, acessado em 20 de novembro de 2008.

HARDIN, Garret. **The Tragedy of Commons**. Science 162:1243-8, 1968

KEHL, Maria Rita. 2000a. **Existe a função fraterna?** In KEHL, M. R. (Org.), Função fraterna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 31-47, 2000a

KEHL, Maria Rita (2000b). **A fratria órfã**. In KEHL, M. R. (Org.), Função fraterna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 209-244, 2000b

LACAN, Jacques. (1953). *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1955-56)- **O Seminário III: As Psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995

_____. (1956-57)- **O Seminário IV, a Relação de Objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995

_____. (1973) **O Seminário X, A Angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LAPLANCHE, J. **Vocabulário da psicanálise**/ Lapanche e Pontalis. (Sob a direção de Daniel. Lagache e tradução Pedro Tamen). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAZONICK, William, ***Innovative Enterprise and Historical Transformation***”, in *Enterprise & Society: The International Journal of Business History*, 2002.

LEVI-STRAUSS Claude. , **Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss**, in M. MAUSS, *Sociologie et Anthropologie*, Paris : Presses Universitaires de France, 1989.

LIMA, Cristiano de França . ***Catadores de material reciclável em movimento: trajetória de uma identidade coletiva***. In: III Simpósio Lutas Sociais Na América Latina,: *Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?* 2008, Londrina, 2008.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes **A Pesquisa em Saúde Mental e Trabalho**. In *Trabalho, Organizações e Cultura*. Ed. Cooperativa de Autores Associados, 1996

MANCE, E. A. **Consumo Solidário**. In: CATTANI, Antônio David (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MARTINS, Francisco. **O Nome próprio: da gênese do Eu ao reconhecimento do outro**, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991

MARTINS, Francisco **Psicopathologia II: Semiologia Clínica: Investigação Teórico-Clinica das Síndromes Psicopatológicas Clássicas**/ Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia (Coleção Psicopathologia), 2003.

RAUD, Cécile. **A construção social do mercado em Durkheim e Weber**: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 20, n. 57, fevereiro de 2005.

MAUSS, Marcel. (1923) **Essai sur le don**. In: *Sociologie et Anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France, p.145-279, 1985

MAYER, Ricardo. **Sociologia da experiência e lutas por reconhecimento: associações de geração de trabalho e renda no sul do Brasil**. Sociologia, Problemas e Práticas. Lisboa : CIES-ISCTE / CELTA, 2009

MEDINA, Martin. **The World's Scavengers: Salvaging for Sustainable Consumption and Production**. Lanham, MD: Altamira Press, 2007

MOSCOVICI. Serge (1961) **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NEE, Victor, Mary C. BRINTON. **The New Institutionalism in Sociology**. Russell Sage Foundation: New York, 1988

OLSON, Mancur.(1971) **A Lógica da Ação coletiva-**. São Paulo: EDUSP, 1999

OSTROM, Elinor. **Collective Action and the Evolution of Social Norms** *In: The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 14, No. 3 pp. 137-158. American Economic Association, 2000.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: the Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PARETO, Vilfredo - **Manual de Economia Política**. São Paulo:Nova Cultural, 1988.

PINHEIRO, Jorge- **Encerramento dos lixões: Catadores, os homens certos no lugar errado**, 2007, publicado no site .www.lixo.com.br, acessado em 10/02/2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Elsevier. Rio de Janeiro. 2000.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza et al . Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, Dec. 2004 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000600007&lng=en&nrm=isso, acessado em 12 de agosto de 2009.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: A experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RAUD, Cécile . **A construção social do mercado em Durkheim e Weber. Uma análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica.** Florianópolis (SC): Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, 2003

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

RUTKOWSKI, Jacqueline..**Rede de tecnologias sociais: pode a tecnologia proporcionar desenvolvimento social?** In: LIANZA, S. & ADDOR, F.(orgs.) Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2005

SAMSON, Melanie. **Rechazando a ser excluídos: la organizaci3nd de los recicladores en el Mundo,** Publicado por Mujeres en Empleo Informal: Globalizando y Organizando. Buenos Aires, 2009.

SANTOS, H3tel Leepkaln. **Constru33o Social de Mercado Org4nico: o caso da Cooperativa Ecoserra na Serra Catarinense.** Disserta33o de Mestrado em Agroecossistemas –Universidade Federal de Santa Catarina, Florian33polis, 2006.

SINGER, Andr3 *Ra3zes Sociais e Ideol3gicas do Lulismo.* Revista Novos Estudos Cebrap n3 85, novembro, 2009.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Na33es.* Lisboa: Ed. Funda33o Calouste Gulbenkian, 1981.

STRAUSS, Anselm et Coibin, Juliet. **Pesquisa Qualitativa : t3cnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada,** trad, luciane de oliveira da rocha, 2a. edi33o, Porto Alegre, Artmet, Bookman, 2008

SWEDBERG, Richard. **Principles of economic sociology,** Princeton, Princeton University Press, 2003

SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a id3ia de sociologia econ3mica,** trad. Dinah Abreu Azevedo, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2005.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Tradu33o de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revis3o t3cnica de Gabriel Cohn, 3ª edi33o, Bras3lia: Editora Universidade de Bras3lia, 1994

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** S3o Paulo: Ed. Atlas, 1979.

LISTA DE SIGLAS

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

COOPERCAMJG: Cooperativa de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho

COOPCARMO: Cooperativa de Reciclagem do Carmo- Município de Mesquita-RJ

COOPQUITUNGO: Cooperativa Coopquitungo Cooperando e reciclando o Rio Ltda

COOPCAL: Cooperativa de Catadores do Complexo do Alemão

COOPERJARDIM: Cooperativa de Catadores e Catadoras de Jardim Gramacho

COOPERGRAMACHO: Cooperativa de Catadores de Jardim Gramacho

FBB- Fundação Banco do Brasil

IBISS- Intituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social

INEA: Instituto Estadual do Ambiente

IPEA: Intituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MNCR- Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

MCidades- Ministério das Cidades

NSE- Nova Sociologia Econômica

OAF- Organização para o Auxílio Fraternal

PT- Partido dos Trabalhadores

REDUC- Refinaria de Duque de Caxias-RJ- Petrobrás

PANGEA- Centro de Estudos Sócio Ambientais- Bahia

SEA-RJ- Superintendência de Educação Ambiental-RJ

ANEXOS

Decretos para Coleta Seletiva: Federal e Estadual- RJ

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.940, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006.

Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1o A separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis são reguladas pelas disposições deste Decreto.

Art. 2o Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; e

II - resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

Art. 3o Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:

I - estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;

II - não possuam fins lucrativos;

III - possuam infra-estrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; e

IV - apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

Parágrafo único. A comprovação dos incisos I e II será feita mediante a apresentação do estatuto ou contrato social e dos incisos III e IV, por meio de declaração das respectivas associações e cooperativas.

Art. 4º As associações e cooperativas habilitadas poderão firmar acordo, perante a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, a que se refere ao art. 5º, para partilha dos resíduos recicláveis descartados.

§ 1º Caso não haja consenso, a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária realizará sorteio, em sessão pública, entre as respectivas associações e cooperativas devidamente habilitadas, que firmarão termo de compromisso com o órgão ou entidade, com o qual foi realizado o sorteio, para efetuar a coleta dos resíduos recicláveis descartados regularmente.

§ 2º Na hipótese do § 1º, deverão ser sorteadas até quatro associações ou cooperativas, sendo que cada uma realizará a coleta, nos termos definidos neste Decreto, por um período consecutivo de seis meses, quando outra associação ou cooperativa assumirá a responsabilidade, seguida a ordem do sorteio.

§ 3º Concluído o prazo de seis meses do termo de compromisso da última associação ou cooperativa sorteada, um novo processo de habilitação será aberto.

Art. 5º Será constituída uma Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, no âmbito de cada órgão e entidade da administração pública federal direta e indireta, no prazo de noventa dias, a contar da publicação deste Decreto.

§ 1º A Comissão para a Coleta Seletiva Solidária será composta por, no mínimo, três servidores designados pelos respectivos titulares de órgãos e entidades públicas.

§ 2º A Comissão para a Coleta Seletiva Solidária deverá implantar e supervisionar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, bem como a sua destinação para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme dispõe este Decreto.

§ 3º A Comissão para a Coleta Seletiva Solidária de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta apresentará, semestralmente, ao Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, avaliação do processo de separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

Art. 6º Os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta deverão implantar, no prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação deste Decreto, a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para a coleta seletiva solidária, devendo adotar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Deverão ser implementadas ações de publicidade de utilidade pública, que assegurem a lisura e igualdade de participação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no processo de habilitação.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de outubro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Patrus Ananias

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.10.2006

DECRETO Nº 40.645/07

de 08 de março de 2007

Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº E-07/175/2007.

DECRETA:

Art. 1º A separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis são reguladas pelas disposições deste Decreto.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; e

II - resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta.

Art. 3º Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:

I – estarem as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis cadastrados no sítio eletrônico da SEA – Secretaria de Estado do Ambiente;

II - estejam formalmente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como fonte de renda;

III - não possuam fins lucrativos;

IV - possuam infra-estrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados;

V - apresentarem o sistema de rateio entre os associados.

Parágrafo único. A comprovação dos incisos II e III será feita mediante a apresentação do estatuto ou contrato social e dos incisos IV e V, por meio de declaração das respectivas associações e cooperativas.

Art. 4º As associações e cooperativas cadastradas na SEA - Secretaria de Estado do Ambiente através de seu sítio eletrônico, poderão firmar acordo, perante a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, a que se refere ao art. 5º, para partilha dos resíduos recicláveis descartados.

§ 1º Caso não haja consenso, a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária realizará sorteio, em sessão pública, entre as respectivas associações e cooperativas devidamente habilitadas, que firmarão termo de compromisso com o órgão ou entidade, com o qual foi realizado o sorteio, para efetuar a coleta dos resíduos recicláveis descartados regularmente.

§ 2º Na hipótese do § 1º, deverão ser sorteadas até 4 (quatro) associações ou cooperativas, sendo que cada uma realizará a coleta, nos termos definidos neste Decreto, por um período consecutivo de seis meses, quando outra associação ou cooperativa assumir a responsabilidade, seguida a ordem do sorteio.

§ 3º Concluído o prazo de 6 (seis) meses do termo de compromisso da última associação ou cooperativa sorteada, um novo processo de habilitação será aberto.

Art. 5º Será constituída uma Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, no âmbito de cada órgão e entidade da administração pública estadual direta e indireta, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação deste Decreto.

§ 1º A Comissão para a Coleta Seletiva Solidária será composta por, no mínimo, 3 (três) servidores designados pelos respectivos titulares de órgãos e entidades públicas.

§ 2º A Comissão para a Coleta Seletiva Solidária deverá implantar e supervisionar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, bem como a sua destinação para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme dispõe este Decreto.

§ 3º A Comissão para a Coleta Seletiva Solidária de cada órgão ou entidade da administração pública estadual direta e indireta apresentará, semestralmente, avaliação do processo de separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

Art. 6º Os órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta deverão implantar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação deste Decreto, a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para a coleta seletiva solidária, devendo adotar, quando couber, as seguintes medidas necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto:

I. Instalação de kit de coletores de 30 litros, de cores diferenciadas para cada tipo de material (papel, plástico, vidro, metal, material orgânico, material perigoso) nos corredores de cada andar dos prédios;

II. Instalação de coletores centrais de 240 l, de cores diferenciadas para cada tipo de material (papel, plástico, vidro, metal e material orgânico, material perigoso) no andar térreo dos prédios;

III. Picadoras de papel;

IV. Caixas coletoras de papel A4, que serão destinados à confecção de blocos de rascunho a serem reutilizados pelos órgãos ou entidades da administração pública estadual direta e indireta.

Parágrafo único – O material perigoso de que fala os incisos I e II deste artigo refere-se às pilhas, baterias de celular e lâmpadas fluorescentes, que deverão ter descarte e coleta diferenciados, segundo determina a legislação estadual ambiental vigente.

Art. 7º - Deverão ser implementadas ações de publicidade de utilidade pública, que assegurem a lisura e igualdade de participação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no processo de cadastro no sítio eletrônico da SEA – Secretaria Estadual do Ambiente.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 08 de março de 2007

Sergio Cabral

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Bloco 1 – Antecedentes da ação econômico e social

- Como você começou neste trabalho?
- O que é ser catador hoje e como era antes?
- Quem é catador, quem não é?
- O que é ser catador?
- Qual foi a origem das atividades de colaboração/cooperação com outros catadores (relações de amizade, de vizinhança, projetos de ONGs, do governo etc)?
- Que tipo de relação de cooperação foi desenvolvida? (fornecer descrição e histórico)
- Já houve outras experiências de cooperação entre os catadores. Se sim, como foram?
- Você tem orgulho de ser catador? Acha que a atividade deveria mudar de nome?
- O Decreto 5490 ajudou? Em quê?
- Você acha que as empresas do decreto respeitam as cooperativas dos catadores?

Bloco 2- Regras do mercado

- Pra quem você vende?
- Quanto estão pagando pelo pet, papelão e alumínio?
- Por que você vende para esse e não para um outro que pague mais?

Bloco 3– Construção da ação coletiva

- O que motivou o início da cooperativa ou rede? Por que vocês acharam melhor trabalhar junto?
- Vocês fazem venda coletiva ou cada um vende seu material?
- A maioria dos catadores se conheciam antes de entrar na cooperativa? Como as pessoas foram confiando umas nas outras?
- Na sua percepção, quais são as atribuições e responsabilidades da cooperativa que não podem ser desempenhadas por outras pessoas ou organizações?
- Como vocês decidem o que tem que ser feito pela cooperativa? Como os catadores participam destas decisões?

- O que mudou na atividade dos catadores depois do ingresso na cooperativa? E na rede? Dê exemplos...
- Quais são os próximos passos da cooperativa e o que vocês precisam melhorar na organização e na participação para que isso aconteça?
- Quais são as dicas e as regras informais que melhor funcionam para o bom andamento das atividades coletivas na cooperativa/rede? (o que é fundamental para o bom andamento das atividades em conjunto?)

Bloco – Dilemas e problemas encontrados

- Quais as dificuldades que você encontra para obter resultados de forma coletiva? Por que elas ocorrem?
- Quais foram os principais problemas encontrados durante as atividades conjuntas?

Bloco – Resultados e expectativas do arranjo cooperativo

- Depois da organização coletiva, o que mudou na maneira como vocês se relacionam com o mercado
- Dê exemplos do que melhorou na sua vida de catador depois que entrou na cooperativa.(seguridade social, seguro de vida, alimentação, creche, INSS)
- Fale dos resultados econômicos e sociais obtidos com a organização
- Quais são as suas expectativas futuras em relação cooperativa?